



ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017

- DESIGUALDADE RACIAL
- MUNICÍPIOS COM MAIS DE
100 MIL HABITANTES

Novo
Juventude


ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017

- DESIGUALDADE RACIAL
- MUNICÍPIOS COM MAIS DE
100 MIL HABITANTES

Relatório do Índice de
Vulnerabilidade Juvenil à Violência e
do Índice de Vulnerabilidade Juvenil
à Violência e Desigualdade Racial
SHS00695/2017

Este documento corresponde ao
produto final do contrato Ref.
SHS00695/2017 no âmbito do Projeto
914BRZ3018 – Desenvolvimento da
Democracia Participativa para prestação
de serviços técnicos especializados
voltados à atualização do Índice de
Vulnerabilidade Juvenil à Violência
(IVJ-Violência) Municipal e do Índice de
Vulnerabilidade Juvenil à Violência e
Desigualdade Racial para as Unidades
da Federação, cujas metodologias
foram desenvolvidas pelo Fórum
Brasileiro de Segurança Pública.



Secretaria de Governo da Presidência da República

ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA

2017

- **DESIGUALDADE RACIAL**
- **MUNICÍPIOS COM MAIS DE
100 MIL HABITANTES**

São Paulo, 2017.



INSTITUCIONAL

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Michel Temer
Presidente da República

SECRETARIA DE GOVERNO

Antônio Imbassahy
Ministro

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE

Francisco de Assis Costa Filho
Secretário Nacional de Juventude

EDITORIAL

Publicado em 2017 pela Secretaria de Governo da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em cooperação com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).
© SNJ 2017

SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE (SNJ)

Diretor do Projeto: Kécio da Silva Rabelo
Coordenador-geral e Supervisor técnico: José Victor da Costa Alecrim Bisneto
Apoio técnico: Lucas Emmanuel Costa Nascimento

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Coordenação Geral: Renato Sérgio de Lima
Redação e Análise dos Dados: Samira Bueno, Roberta Astolfi e Isabela Sobral
Revisão: Cauê Martins
Consultoria Estatística: Ignácio Cano, Doriam Borges, Maria Paula Ferreira e Edgar Fusaro
Edição de Arte: SeePix D'Lippi Comunicação e Tecnologia

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL

Coordenação técnica: Marlova Jovchelovitch Noletto, Representante a.i. e Diretora da Área Programática
Luciana Reis Mendes Amorim, Setor de Ciências Humanas e Sociais

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do Projeto 914BRZ3018: "Desenvolvimento da Democracia Participativa", que tem por objetivo prestar serviços técnicos especializados voltados à atualização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência) Municipal e do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial para as Unidades da Federação, cujas metodologias foram desenvolvidas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e por meio da especialização das Políticas Públicas de Juventude e dos Mecanismos de Participação Popular, entre a Secretaria de Governo da Presidência da República/Secretaria Nacional de Juventude e a UNESCO.

As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO e da SNJ a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO ou as da SNJ, nem comprometem a Organização ou a Secretaria.

Catálogo na Publicação (CIP)

Ficha Catalográfica elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Brasil. Presidência da República. Secretaria de Governo. Índice de vulnerabilidade juvenil à violência 2017: desigualdade racial, municípios com mais de 100 mil habitantes / Secretaria de Governo da Presidência da República, Secretaria Nacional de Juventude e Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017.
87 p.

ISBN 978-85-67450-06-3

1. Juventude. 2. Desigualdade social – Brasil. 3. Violência – Brasil. I. Título.

CDD-305.230981

SUMÁRIO

1. PREFÁCIO	10
2. APRESENTAÇÃO	14
3. RESUMO	18
4. INTRODUÇÃO	20
5. RESULTADOS	24
5.1 IVJ – Violência e Desigualdade Racial	25
5.2 IVJ – Violência e Desigualdade entre mulheres negras e brancas	40
5.3 Conclusão: a cor da pele como fator de risco	46
6. IVJ – ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA NOS MUNICÍPIOS	48
6.1 Análise da série histórica com dados de 12 a 29 anos	68
7. METODOLOGIA	74
7.1 Detalhamento dos indicadores sintéticos setoriais	78
7.2 Metodologia de construção do IVJ – Violência e Desigualdade Racial	80
7.3 Metodologia de construção do Indicador de Homicídio na Adolescência (IHA) e do Indicador de Homicídio entre Jovens	82
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Risco relativo de um jovem negro ser vítima de homicídio em relação a um jovem branco, Brasil e UFs	29
Gráfico 2: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Unidades da Federação, Ano base 2015	32
Gráfico 3: Taxa de homicídio entre jovens por raça/cor, Brasil e Regiões – 2015	33
Gráfico 4: Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, UFs da Região Nordeste – 2015	34
Gráfico 5: Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, UFs da Região Norte – 2015	35

Gráfico 6: Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, UFs da Região Sudeste – 2015	36
Gráfico 7: Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, UFs da Região Sul – 2015	37
Gráfico 8: Comparativo da taxa de homicídios entre jovens brancos e negros, UFs da Região Centro-Oeste – 2015	38
Gráfico 9: Comparativo da taxa de homicídios entre mulheres jovens negras e brancas, UFs da Região Centro-Oeste – 2015	42
Gráfico 10: Comparativo da taxa de homicídios entre mulheres jovens negras e brancas, UFs da Região Norte – 2015	43
Gráfico 11: Comparativo da taxa de homicídios entre mulheres jovens negras e brancas, UFs da Região Nordeste – 2015	44
Gráfico 12: Comparativo da taxa de homicídios entre mulheres jovens negras e brancas, UFs da Região Sul – 2015	45
Gráfico 13: Comparativo da taxa de homicídios entre mulheres jovens negras e brancas, UFs da Região Sudeste – 2015	45
Gráfico 14: Ranking dos municípios com maiores e menores valores no IVJ – Violência 2017, Ano base 2015	53
Gráfico 15: Dez municípios com mais de 100 mil habitantes que expressaram melhoras mais acentuadas no IVJ – Violência entre 2012-2015 (faixa etária padronizada entre 12 e 29 anos para efeito de comparação)	69
Gráfico 16: Dez municípios com mais de 100 mil habitantes que expressaram piores mais acentuadas no IVJ – Violência entre 2012-2015 (faixa etária padronizada entre 12 e 29 anos para efeito de comparação)	71
LISTA DE TABELAS	
Tabela 1: IVJ – Violência e Desigualdade Racial e Risco Relativo 2017, Ano base 2015	26
Tabela 2: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017 e seus componentes, Ano base 2015	31
Tabela 3: Homicídio e Risco Relativo de Morte de Jovens Negros e Brancos, Regiões e Unidades da Federação – 2015	39
Tabela 4: Taxas de homicídios de mulheres jovens negras e brancas por 100 mil habitantes – 2015	41

Tabela 5: Distribuição dos municípios brasileiros por IVJ – Violência – 2017	50
Tabela 6: Distribuição dos municípios segundo classes do IVJ – Violência 2017, Grandes Regiões e Unidades da Federação - Ano base 2015	52
Tabela 7: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 – Ranking dos municípios com mais de 100.000 habitantes, Ano base 2015	59
Tabela 8: Dez municípios com mais de 100 mil habitantes que expressaram melhoras mais acentuadas no IVJ – Violência entre 2012-2015	70
Tabela 9: Dez municípios com mais de 100 mil habitantes que expressaram pioras mais acentuadas no IVJ – Violência entre 2012-2015	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Variáveis selecionadas para compor o IVJ – Violência 2017, Ano base 2015 ...	50
Quadro 2: Variáveis selecionadas para compor o IVJ – Violência 2017, Ano base 2015	76
Quadro 3: Pesos utilizados no cálculo dos indicadores setoriais	79
Quadro 4: Escala de Vulnerabilidade Juvenil	80
Quadro 5: Variáveis IVJ – Violência e Desigualdade Racial ano base 2015	81
Quadro 6: Pesos utilizados no cálculo dos indicadores setoriais	82
Quadro 7: Categorias utilizadas na Estimativa do Número de Homicídios	85

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Estados brasileiros segundo classificação do IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017 – ano base 2015	27
Mapa 2: Distribuição dos municípios na região Norte, segundo classificação no IVJ – Violência 2017	54
Mapa 3: Distribuição dos municípios na região Nordeste, segundo classificação no IVJ – Violência 2017	55
Mapa 4: Distribuição dos municípios na região Centro-Oeste, segundo classificação no IVJ – Violência 2017	56
Mapa 5: Distribuição dos municípios na região Sudeste, segundo classificação no IVJ – Violência 2017	57
Mapa 6: Distribuição dos municípios na região Sul, segundo classificação no IVJ – Violência 2017	58

1. PREFÁCIO

REPRESENTAÇÃO DA UNESCO NO BRASIL

E com grande satisfação que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência, e a Cultura (UNESCO), em parceria com a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, traz a público, pela segunda vez, o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ).

A violência contra a juventude negra no Brasil atingiu índices alarmantes e precisa ser enfrentada com políticas públicas estruturadas que envolvam as diversas dimensões da vida dos jovens como educação, trabalho, família, saúde, renda, igualdade racial e oportunidades iguais para todos.

Os jovens de 15 a 29 anos representam um quarto da população brasileira e estão entre as maiores vítimas de homicídios. Vale lembrar que essas mortes tem uma geografia e um endereço certo, pois estamos falando dos jovens, sobretudo das periferias, que estão mais expostos à violência.

Sendo assim, desenvolver políticas voltadas para a juventude no Brasil é mais que uma prioridade, é uma necessidade. Entre os vários temas do mandato da UNESCO, a juventude merece atenção especial.

Aqui no Brasil temos trabalhado ao longo dos anos em parceria com o governo, a sociedade civil e o setor privado no sentido de contribuir para a construção de políticas públicas para os jovens. Foi assim que a UNESCO no Brasil apoiou a criação da SNJ, contribuindo com a formulação, o planejamento e a execução da Política Nacional de Juventude (PNJ). Uma ação recente da cooperação entre UNESCO e SNJ foi a atualização do Plano Nacional de Juventude, documento que caracteriza os desafios que nossos jovens enfrentam atualmente no país e que servirá de base para a consolidação de uma política pública avançada para a juventude brasileira. Cabe destacar que o PNJ está sendo construído em um debate amplo com a sociedade de forma democrática e participativa.

O IVJ é mais um importante resultado do esforço conjunto entre a UNESCO no Brasil e a SNJ. Desenvolvido a partir de uma metodologia criada pelo Fórum Brasileiro de Segu-

rança Pública, a edição publicada em 2014 mostrou que a cor da pele dos jovens está diretamente relacionada ao risco de exposição à violência a que estão submetidos.

Visando somar esforços para combater o fim da violência contra os jovens negros, a Organização das Nações Unidas no Brasil (ONU-BR) reuniu seus 26 organismos na campanha Vidas Negras, que busca sensibilizar a sociedade brasileira sobre a importância da prevenção e do enfrentamento à discriminação racial. A campanha se dá no âmbito da Década Internacional de Afrodescendentes (2015-2024) proclamada pela resolução 68/237, em Assembleia Geral da ONU.

Neste sentido, a UNESCO e o sistema ONU no Brasil, comprometidos com a campanha Vidas Negras, lembram que o IVJ oferece dados importantes, capazes de nortear a formulação e a implementação de políticas públicas que busquem a prevenção e o enfrentamento dos altos índices de violência contra os jovens. O IVJ 2017, em especial, traz questões inéditas, ao analisar o homicídio de jovens no Brasil a partir das variáveis de gênero e raça. Ao considerar esses dois fatores, o Índice mostra que, com exceção do Paraná, a taxa de homicídios em todos os outros estados do país é maior entre as mulheres negras. Esse resultado revela a necessidade de avançarmos na garantia dos direitos das mulheres e no combate à violência ligada à questão de gênero.

Além disso, a presente edição do IVJ traz algumas mudanças em relação às edições anteriores. Uma delas foi o ajuste dos índices ligados à faixa etária dos jovens, que foi definida legalmente pela PNJ de 2013, como indivíduos entre 15 e 29 anos. Outra questão que merece destaque é a atualização da classificação dos 304 municípios com mais de 100 mil habitantes em quatro dimensões: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e escolaridade. A atualização desses dados é um importante instrumento para que os gestores e formuladores de políticas públicas possuam informações relevantes para aumentar a eficiência de suas ações em âmbito municipal.

Sendo assim, por meio do IVJ, lançado agora em parceria com a SNJ e o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a UNESCO reitera seu compromisso com a juventude negra e com a construção de igualdade de oportunidades, lembrando que um país mais justo precisa tratar seus jovens como agentes de mudança para um mundo mais inclusivo e igualitário, guiado pelos valores da paz e pelo combate à violência, ao racismo e a desigualdade de gênero.

Marlova Jovchelovitch Noletto
Representante a.i.
Representação da UNESCO no Brasil

SECRETÁRIO NACIONAL DE JUVENTUDE

A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) reitera a importância de publicar o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017). Cumprindo sua missão institucional, o governo brasileiro tem atuado em conjunto com seus parceiros para a promoção de pesquisas e estudos com o objetivo de conhecer a fundo o perfil da juventude brasileira. Acreditamos que, somente a partir desses diagnósticos e do diálogo com os jovens, é que podemos avançar na criação de políticas públicas que correspondam à realidade da nossa juventude.

O IVJ tem justamente esse objetivo – apresentar números e dados da violência contra a juventude, especialmente a juventude negra, para aperfeiçoar a formulação de ações que levem em conta a realidade desses jovens. Um dos principais destaques desta edição atualizada é a inclusão de um recorte de gênero, que mostra a vulnerabilidade das jovens mulheres, sobretudo negras, à violência letal. Os resultados aqui apresentados permitirão desenvolver ações mais direcionadas e focalizadas, sobretudo nos jovens homens e mulheres negros, contribuindo para a redução das assimetrias de gênero e para o combate ao racismo no Brasil.

O Índice também classifica todos os municípios brasileiros com mais de 100 mil habitantes, segundo uma combinação de variáveis que contemplam os níveis de exposição do contingente juvenil à violência urbana, a permanência na escola, a forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico do município de residência desses jovens.

Nesse sentido, o IVJ consiste em um importante instrumento de análise das condições de vida da população jovem, municiando os gestores e formuladores de políticas públicas de informações capazes de aumentar a eficiência de suas ações.

O Índice é uma iniciativa central do Plano Juventude Viva, que reúne ações de prevenção para reduzir a vulnerabilidade de jovens negros a situações de violência, a partir da criação de oportunidades de inclusão social e de autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos. Além do Juventude Viva, a Secretaria desenvolve outras ações com o objetivo de consolidar uma política nacional para os jovens no Brasil, a exemplo do Plano Nacional de Juventude. O Plano foi recentemente atualizado, em parceria com a UNESCO, para comportar os avanços trazidos pelo Estatuto da Juventude de 2013. Este resultado será ainda debatido em todo o país, de forma democrática e participativa, para em seguida ser submetido à apreciação dos parlamentares no Plenário da Câmara e do Senado.

Dessa forma, a SNJ celebra, juntamente com seus parceiros, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e a UNESCO, a atualização do IVJ 2017 por representar mais um passo do governo brasileiro rumo à construção e à consolidação de políticas públicas que sejam capazes de mudar a situação de nossos jovens, contribuindo para o fim das desigualdades raciais e de gênero e para o combate à violência.

Francisco de Assis Costa Filho
Secretário Nacional de Juventude

2.

APRESENTAÇÃO

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência 2017 (IVJ 2017) é um indicador, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Juventude em parceria com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que agrega dados relativos às dimensões consideradas chave na determinação da vulnerabilidade dos jovens à violência, tais como taxa de frequência à escola, escolaridade, inserção no mercado de trabalho, taxa de mortalidade por homicídios e por acidentes de trânsito. Ele serve como norteador das políticas públicas de juventude, parcela da população mais afetada pela violência no Brasil.

Inovador – além das variáveis que compõem o IVJ de 2014, ano base 2012 –, o novo índice abrange a população brasileira de 15 a 29 anos, idade estabelecida no Brasil como população jovem após a aprovação do Estatuto da Juventude (Lei no 12.852/2013), em 2013.

A violência atinge especialmente jovens negros do sexo masculino, moradores das periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. Dados do Atlas da Violência 2017 (IPEA, FBSP) mostram que mais da metade das 59.080 pessoas mortas por homicídios em 2015 eram jovens (31.264, equivalentes a 54,1%), das quais 71% negras (pretas e pardas) e 92% do sexo masculino. Além de grave violação aos direitos humanos, a violência impede que parte significativa dos jovens brasileiros tenha uma vida plena e revela uma inescotável fonte de perda de talentos para o desenvolvimento do país.

Outra inovação no novo índice é a influência da questão de gênero na determinação da vulnerabilidade juvenil à violência. No IVJ 2017, ano base 2015, foi constatado que em quase todas as Unidades da Federação, as negras com idade entre 15 a 29 anos apresentam mais risco de exposição à violência que as jovens brancas na mesma faixa etária. O risco relativo de uma jovem negra ser vítima de homicídio é 2,19 vezes maior do que uma jovem branca. Entre as jovens e os jovens brasileiros de 15 a 29 anos, a chance de um jovem negro ser assassinado é quase três vezes (2,70) superior a um jovem branco na mesma faixa de idade.

Os homicídios de jovens representam uma questão nacional não só de segurança pública, mas de saúde pública também. Para enfrentar essa questão, a Secretaria Nacional de Juventude retomou, em agosto de 2017, o Plano Juventude Viva, que se

encontra em consulta pública na página www.juventude.gov.br. Todos podem contribuir com a elaboração do novo plano e seus quatro eixos: desconstrução da cultura de violência; inclusão, oportunidade e garantia de direitos; transformação de territórios e aperfeiçoamento institucional.

De responsabilidade compartilhada entre Secretaria Nacional de Juventude – SNJ/Segov e Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/MDH, as ações do Plano Juventude Viva serão adequadas à realidade das estatísticas apresentadas pelo IVJ 2017 e vão criar oportunidades de inclusão social e de autonomia para os jovens entre 15 e 29 anos expostos às situações de violência física e simbólica nos municípios de maior vulnerabilidade para a juventude nessa faixa etária.

A presença institucional do Governo Federal junto às esferas estadual e municipal, por meio dessas Secretarias, estimula a integração das ações, ampliando as oportunidades de atuação conjunta com estados e municípios. As particularidades de cada local, por sua vez, propiciam experiências e aprendizados que favorecem o aprimoramento e a capacitação contínua de todos os atores institucionais envolvidos, contribuindo para a expansão progressiva do Plano Juventude Viva.

Para oferecer uma alternativa de emprego e renda nas comunidades com maior índice de vulnerabilidade juvenil, a SNJ vai lançar o Inova Jovem, programa de atendimento a jovens empreendedores de comunidades carentes. O programa possibilita a autonomia financeira dos jovens, bem como, auxilia no combate à violência, proporcionando alternativas em relação ao desemprego por meio do empreendedorismo. O projeto atenderá jovens negros, moradores de comunidades com maiores índices de vulnerabilidade social, com aulas presenciais de capacitação, mentoria dos negócios, acompanhamento e assistência técnica especializada, possibilitando condições de geração de emprego e renda a partir da criação de seus próprios negócios.

A SNJ também abriu edital público para o programa Estação Juventude, que consiste num espaço público onde são oferecidos diversos serviços para promoção e inclusão de jovens. Serão investidos R\$ 12 milhões no programa e cada convênio poderá chegar ao valor de R\$ 300 mil. O programa se encontra atualmente na fase de habilitação das propostas e um dos critérios para ter o projeto contemplado é que o município possua política de enfrentamento à violência contra a juventude negra.

Além de ser um orientador para as políticas públicas de diferentes áreas e poder ser utilizado por diferentes níveis de governo, o IVJ 2017 também reflete os principais desafios da juventude brasileira na atualidade.

Secretaria Nacional de Juventude

3. RESUMO

Este documento apresenta os resultados de dois indicadores sintéticos desenvolvidos pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública cujo objetivo é mensurar a exposição do jovem à violência letal no Brasil. O primeiro indicador é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, que classifica as Unidades da Federação em dimensões como violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município, desigualdade e incorpora ainda uma variável que considera as diferenças de mortalidade por homicídio entre jovens brancos e negros no Brasil (risco relativo). De modo a complementar a análise sobre desigualdade racial, apresentamos também o cálculo do risco relativo para a mortalidade por homicídio de jovens negras e brancas, evidenciando a desigualdade racial na violência letal contra o sexo feminino. Por fim, apresentamos a quinta atualização do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência – IVJ – Violência, que classifica os 304 municípios com mais de 100 mil habitantes em quatro dimensões: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade. Importante destaque precisa ser feito à faixa etária dos índices desta edição: todas as demais edições consideraram a faixa etária de 12 a 29 anos de idade, mas, a partir de 2013, com a aprovação do Estatuto da Juventude, este segmento populacional foi definido como todos os indivíduos entre 15 a 29 anos e, por esta razão, os índices atuais foram ajustados para coincidir com a definição legal de juventude.

4. INTRODUÇÃO

O homicídio é a principal causa de mortalidade entre jovens de 15 a 29 anos no Brasil, fenômeno que mostra crescimento pelo menos desde a década de 1980 e que atinge taxas endêmicas no ano de 2015, conforme será demonstrado neste relatório. Essas vidas ceifadas prematuramente deixam um legado de dor e sofrimento para as famílias e representam um grave problema econômico para o desenvolvimento do país. Estudo de Cerqueira e Moura (2013) demonstrou que a violência letal entre jovens custou ao Brasil cerca de R\$ 80 bilhões em 2010, o correspondente a 1,5% do PIB nacional.

A violência reduz a expectativa de vida da população, inibe investimentos e representa um enorme obstáculo ao desenvolvimento do Estado Brasileiro, exigindo do Poder Público políticas pautadas na prevenção e na redução dos homicídios. Cientes deste enorme desafio, a Secretaria Nacional de Juventude e a UNESCO solicitaram ao Fórum Brasileiro de Segurança Pública a atualização de dois indicadores sintéticos que revelam questões específicas da vulnerabilidade de jovens à violência letal no Brasil, subsidiando os gestores públicos no desenvolvimento de políticas públicas focalizadas nos públicos mais vulneráveis.

O primeiro indicador aqui apresentado é o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e Desigualdade Racial, que classifica as Unidades da Federação em quatro dimensões: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município, e desigualdade. O cálculo da violência entre os jovens incorpora uma variável que considera as diferenças de mortalidade entre jovens brancos e negros no Brasil, o risco relativo. O indicador de risco relativo é expresso pela razão entre a taxa de mortalidade por agressão (homicídios) entre jovens negros e jovens brancos. Nele, o valor 1 (um) indica o mesmo risco de morte por homicídios entre negros e brancos e valores acima de 1 (um) apontam para um maior risco entre os jovens negros.

A opção por esse indicador deveu-se à constatação de que a violência letal é a dimensão mais importante e que mais impacta na construção do indicador sintético, e aquela em que a desigualdade racial se mostra mais contundente. Importante destacar que o IVJ-Violência e Desigualdade Racial não é um indicador de desigualdade racial específico, mas apresenta um enfoque racial devido à conhecida e forte associação entre variáveis

socioeconômicas e a variável raça/cor, servindo de contextualização ao debate sobre a exposição diferencial de negros e brancos à violência no país.

A segunda sessão apresenta o “risco relativo” para a mortalidade violenta de mulheres jovens, comparando as taxas de mortalidade entre jovens negras e jovens brancas. Do mesmo modo que no indicador apresentado acima, o valor 1 (um) indica o mesmo risco de morte por homicídios entre negras e brancas e valores acima de 1 (um) apontam para um maior risco entre as jovens negras. Apresentamos ainda o Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência – IVJ – Violência, que classifica os 304 municípios com mais de 100 mil habitantes em quatro dimensões: violência entre os jovens, frequência à escola e situação de emprego, pobreza no município e desigualdade.

Para responder ao mandato da Secretaria Nacional de Juventude os indicadores foram ajustados em sua faixa etária, que passa a considerar a população de 15 a 29 anos, excluindo os adolescentes de 12 a 14 do cômputo. Esperamos que o conjunto de indicadores apresentados se transformem em uma ferramenta de análise das condições de vida da população jovem do Brasil e de como o fenômeno da violência contra este segmento é afetado pela interveniência de múltiplos fatores socioeconômicos e demográficos, com destaque para a influência da desigualdade racial.

5. RESULTADOS

5.1 IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL

O IVJ – Violência e Desigualdade Racial classifica as 27 Unidades da Federação segundo a vulnerabilidade à violência dos jovens de 15 a 29 anos, incorporando na dimensão violência entre jovens, o indicador de risco relativo, que expressa a razão entre a taxa de mortalidade por homicídio de jovens negros e jovens brancos. Valores mais próximos a 1 indicam maior proximidade na prevalência dessa mortalidade entre esses dois segmentos. Isso significa que, quanto maior o risco relativo, maior a proporção de jovens negros mortos em relação a jovens brancos em uma mesma Unidade da Federação.

Para a análise do indicador sintético IVJ – Violência e Desigualdade Racial, deve-se considerar que os valores podem ir de 0,0 até 1,0, sendo que quanto maior o valor, maior o contexto de vulnerabilidade dos jovens daquele território. A tabela 1 apresenta o cálculo do indicador sintético e do risco relativo.

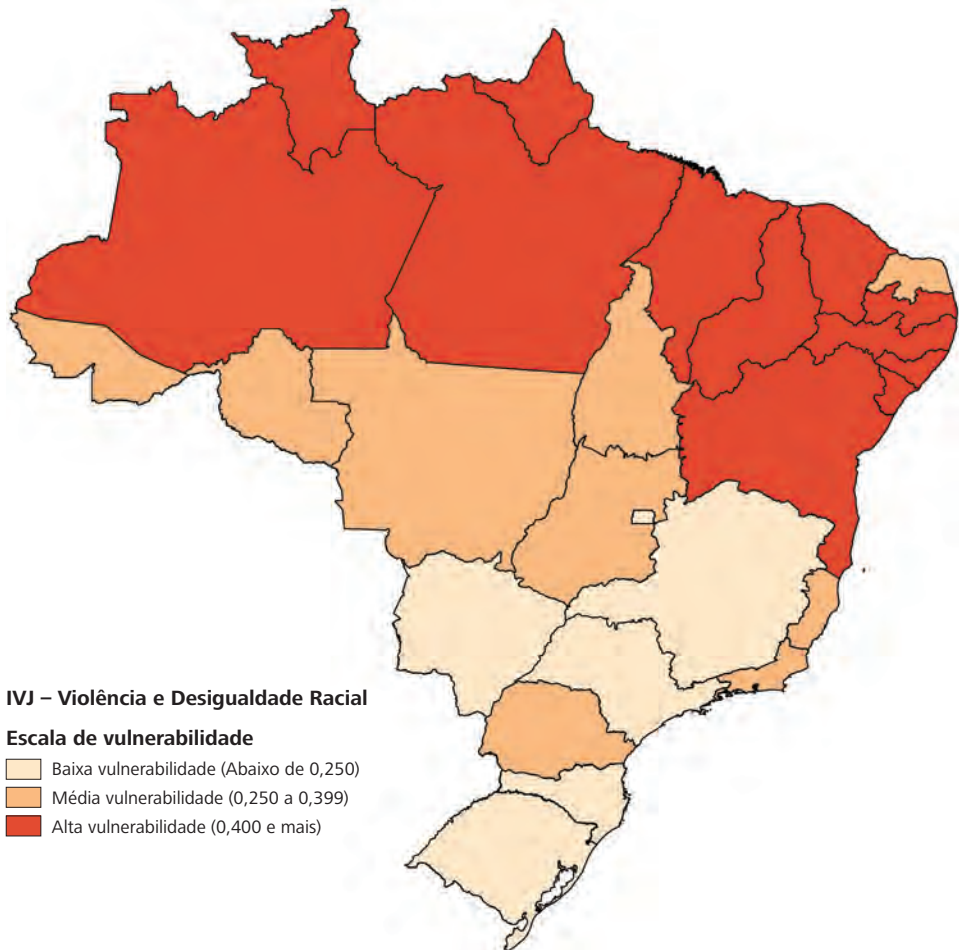
TABELA 1: IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL E RISCO RELATIVO 2017, ANO BASE 2015

Unidade da Federação	IVJ – Desigualdade Racial	Escala de Vulnerabilidade	Risco relativo de homicídios entre negros e brancos – 2015
Alagoas	0,489	Alta vulnerabilidade	12,68
Ceará	0,487	Alta vulnerabilidade	4,46
Pará	0,471	Alta vulnerabilidade	4,21
Pernambuco	0,455	Alta vulnerabilidade	3,85
Roraima	0,454	Alta vulnerabilidade	-
Maranhão	0,450	Alta vulnerabilidade	2,02
Amapá	0,448	Alta vulnerabilidade	11,94
Paraíba	0,442	Alta vulnerabilidade	8,87
Sergipe	0,440	Alta vulnerabilidade	5,85
Amazonas	0,435	Alta vulnerabilidade	4,40
Piauí	0,427	Alta vulnerabilidade	3,33
Bahia	0,400	Alta vulnerabilidade	3,61
Mato Grosso	0,399	Média vulnerabilidade	2,63
Rio Grande do Norte	0,394	Média vulnerabilidade	6,90
Tocantins	0,386	Média vulnerabilidade	1,08
Rondônia	0,375	Média vulnerabilidade	1,82
Espírito Santo	0,365	Média vulnerabilidade	5,48
Acre	0,358	Média vulnerabilidade	2,44
Goiás	0,328	Média vulnerabilidade	2,04
Rio de Janeiro	0,308	Média vulnerabilidade	2,44
Paraná	0,275	Média vulnerabilidade	0,76
Minas Gerais	0,248	Baixa vulnerabilidade	2,12
Mato Grosso do Sul	0,236	Baixa vulnerabilidade	2,09
Distrito Federal	0,225	Baixa vulnerabilidade	3,37
Rio Grande do Sul	0,216	Baixa vulnerabilidade	1,34
São Paulo	0,209	Baixa vulnerabilidade	1,65
Santa Catarina	0,209	Baixa vulnerabilidade	1,78

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Doze estados brasileiros foram classificados como de alta vulnerabilidade juvenil à violência, sendo oito da região Nordeste e quatro da região Norte. Das nove Unidades da Federação com média vulnerabilidade, três são da região Norte, dois do Centro-Oeste, dois da região Sudeste, um da região Sul e um da região Nordeste. Na faixa de menor vulnerabilidade estão dois estados do Sudeste, dois da região Centro-Oeste e dois da região Sul. Chama atenção que nenhum estado do Norte ou Nordeste tenha aparecido na faixa de menor vulnerabilidade. A amplitude do IVJ 2017 vai de 0,489 em Alagoas a 0,209 em Santa Catarina. De igual modo, a prevalência de jovens negros entre as vítimas de assassinatos em comparação com jovens brancos é uma tendência nacional: em média, jovens negros têm 2,71 mais chances de morrerem por homicídio do que jovens brancos no país.

MAPA 1: ESTADOS BRASILEIROS SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO DO IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL 2017 – ANO BASE 2015

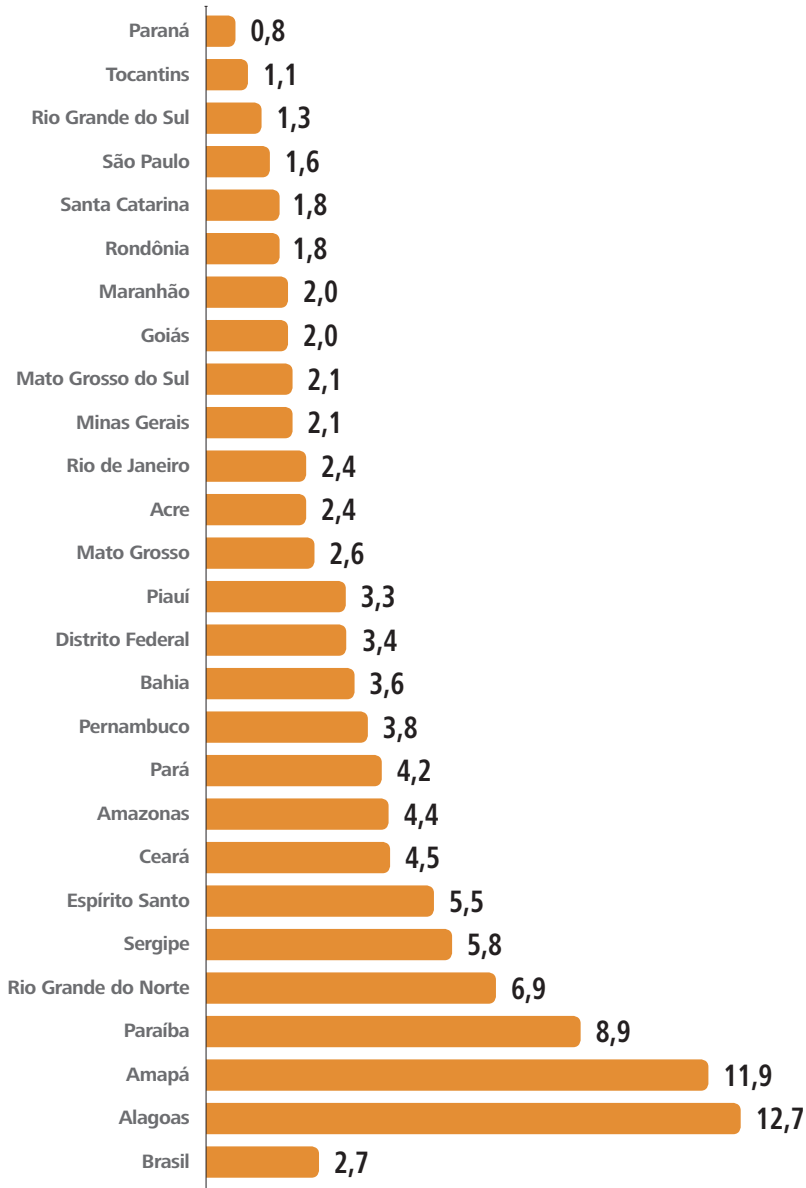


Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em 24 Unidades da Federação brasileira a chance de um jovem negro morrer assassinado é maior do que a de um jovem branco. Os três estados que não estão nesta situação são o Paraná, onde a taxa de mortalidade de jovens brancos é superior aos valores registrados entre jovens negros, o estado do Tocantins, onde o risco é bastante próximo, e o estado de Roraima, que não registrou nenhuma morte de jovem branco no período, o que impediu o cálculo do risco relativo. Se essa última informação parece positiva a princípio, apenas evidencia como a desigualdade racial é um fator fundamental para entendermos a forma como a violência se manifesta no Brasil, já que a taxa de mortalidade de jovens negros no mesmo ano foi de 86,34 para cada 100 mil jovens negros na população, contra 31,89 para jovens brancos. A situação mais preocupante é a do estado de Alagoas onde um jovem negro tem 12,7 vezes mais chances de morrer assassinado do que um jovem branco. Na Paraíba essa diferença é de 8,9 vezes, também muito alta.

Em relação todos os estados classificados com baixa vulnerabilidade juvenil à violência, todos apresentam sobre-representação da mortalidade de jovens negros em relação a jovens brancos. Chama especial atenção que no Distrito Federal, quarto estado com menor vulnerabilidade, o risco relativo seja de 3,37, ou seja, ainda que a vulnerabilidade juvenil à violência seja significativamente baixa para os jovens que residem no Distrito Federal, a violência incide seletivamente nos jovens negros.

GRÁFICO 1: RISCO RELATIVO DE UM JOVEM NEGRO SER VÍTIMA DE HOMICÍDIO EM RELAÇÃO A UM JOVEM BRANCO, BRASIL E UFs



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A tabela 2 apresenta o detalhamento de todos os componentes do IVJ-Violência e Desigualdade Racial. Alagoas é o estado com o mais alto IVJ à Violência e apresenta a pior situação entre os estados no risco relativo de homicídios entre jovens negros e brancos e no indicador de mortalidade por homicídio (geral). Em relação ao indicador de pobreza, Alagoas é a UF com a segunda pior situação.

O segundo estado da lista de alta vulnerabilidade à violência é o Ceará. Em comparação com as demais UFs, o Ceará aparece em posições de desvantagem em relação aos indicadores de frequência escolar e situação de emprego (segundo), no indicador de mortalidade por homicídio (quarto), mortalidade por acidente de trânsito (quinto) e pobreza (sexto).

O terceiro estado com o pior IVJ-Violência e Desigualdade Racial é o Pará, também em situação de alta vulnerabilidade juvenil à violência, com IVJ Violência de 0,471. O indicador em que o estado do Pará obteve o pior desempenho foi o de desigualdade, ficando na quarta pior posição. Em relação aos indicadores de pobreza, o estado ficou entre os sete piores. Em relação ao risco relativo de homicídio entre jovens brancos e negros, o estado ficou na nona pior posição. Na frequência à escola e situação de emprego, o Pará ficou na décima pior posição.

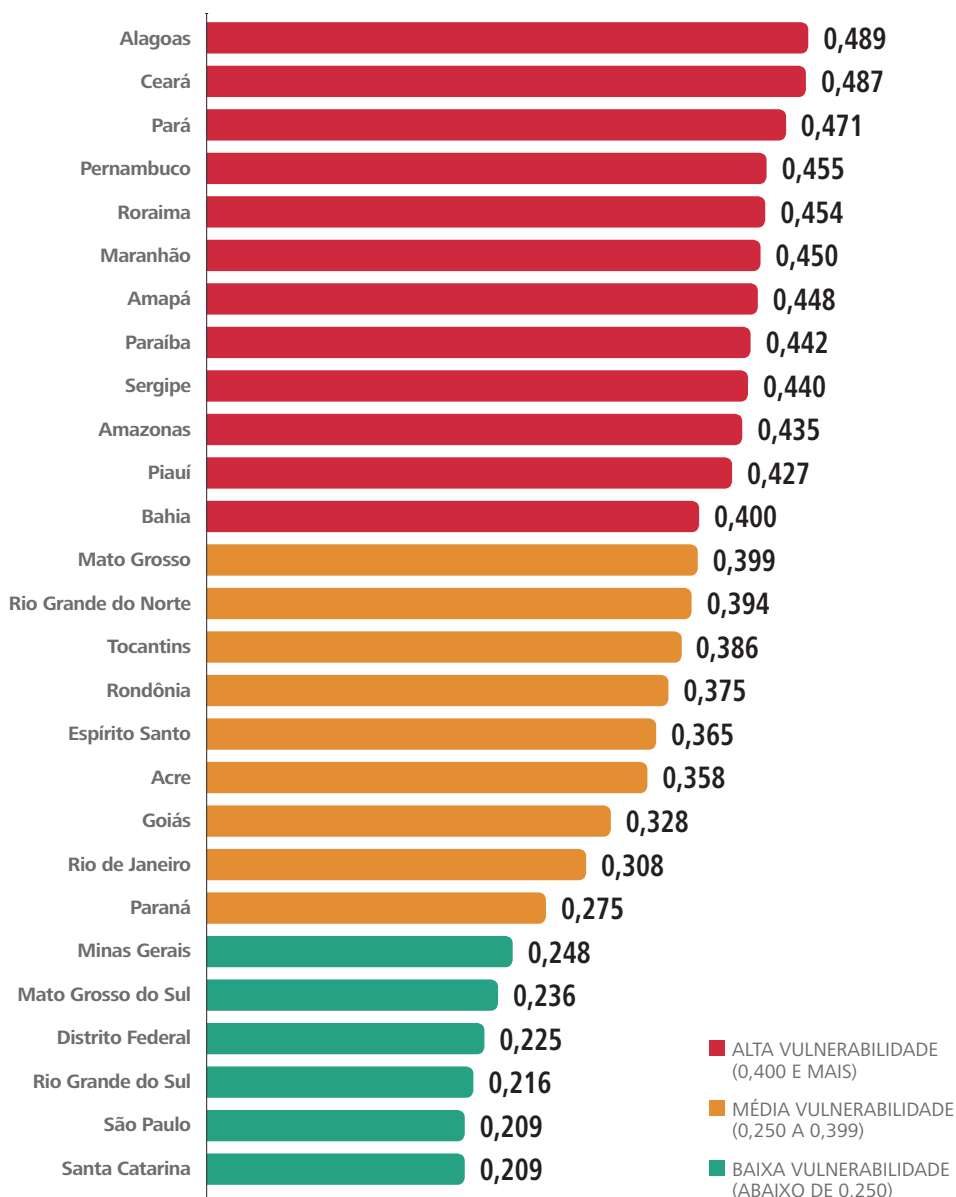
TABELA 2: IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL 2017 E SEUS COMPONENTES, ANO BASE 2015

Unidade da Federação	IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2015	IVJ – DESIGUALDADE RACIAL					
		Indicador de mortalidade por homicídio – 2015	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito – 2015	Indicador de frequência à escola e situação de emprego – 2015	Indicador de pobreza – 2015	Indicador de desigualdade – 2015	Risco relativo, homicídios de negros e brancos – 2015
Alagoas	0,489	0,795	0,170	0,643	0,687	0,192	12,68
Ceará	0,487	0,537	0,370	0,778	0,610	0,196	4,46
Pará	0,471	0,445	0,190	0,657	0,602	0,536	4,21
Pernambuco	0,455	0,452	0,180	0,772	0,548	0,416	3,85
Roraima	0,454	0,438	0,600	0,541	0,399	0,276	-
Maranhão	0,450	0,294	0,370	0,787	0,710	0,192	2,02
Amapá	0,448	0,512	0,050	0,634	0,481	0,626	11,94
Paraíba	0,442	0,497	0,230	0,749	0,567	0,238	8,87
Sergipe	0,440	0,660	0,180	0,601	0,626	0,178	5,85
Amazonas	0,435	0,369	0,190	0,686	0,529	0,479	4,40
Piauí	0,427	0,153	0,550	0,663	0,659	0,188	3,33
Bahia	0,400	0,474	0,080	0,708	0,552	0,275	3,61
Mato Grosso	0,399	0,256	0,580	0,628	0,295	0,244	2,63
Rio Grande do Norte	0,394	0,592	0,020	0,712	0,551	0,180	6,90
Tocantins	0,386	0,231	0,550	0,563	0,434	0,182	1,08
Rondônia	0,375	0,210	0,350	0,695	0,467	0,226	1,82
Espírito Santo	0,365	0,450	0,200	0,518	0,287	0,389	5,48
Acre	0,358	0,184	0,140	0,655	0,640	0,295	2,44
Goiás	0,328	0,449	0,270	0,431	0,285	0,206	2,04
Rio de Janeiro	0,308	0,325	0,040	0,403	0,146	0,647	2,44
Paraná	0,275	0,179	0,250	0,427	0,242	0,303	0,76
Minas Gerais	0,248	0,159	0,080	0,481	0,368	0,224	2,12
Mato Grosso do Sul	0,236	0,111	0,120	0,484	0,310	0,229	2,09
Distrito Federal	0,225	0,198	0,000	0,181	0,119	0,632	3,37
Rio Grande do Sul	0,216	0,188	0,030	0,397	0,230	0,290	1,34
São Paulo	0,209	0,028	0,030	0,427	0,154	0,467	1,65
Santa Catarina	0,209	0,028	0,310	0,277	0,158	0,278	1,78

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O melhor resultado verificado é no estado de Santa Catarina, no qual o indicador de mortalidade por homicídio é o menor do país, muito próximo ao de São Paulo. Na sequência vem São Paulo e Rio Grande do Sul.

GRÁFICO 2: IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL 2017, UNIDADES DA FEDERAÇÃO, ANO BASE 2015



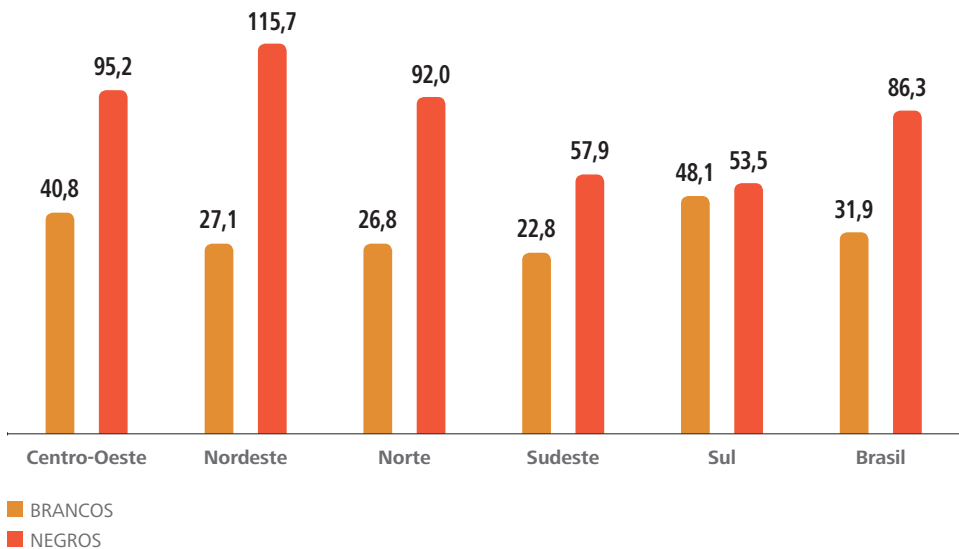
Os dados do IVJ-Violência e Desigualdade Racial de 2017 reforçam uma tendência já verificada no indicador de 2014, quando os estados das regiões Norte e Nordeste se mostraram com taxas de vitimização bastante superiores à média nacional, e na qual a desigualdade entre jovens brancos e negros se mostrou mais contundente. A maior discrepância na taxa de mortalidade por homicídio foi verificada no Nordeste, onde enquanto a taxa de jovens brancos foi de 27,1 por 100 mil, a de jovens negros foi de 115,7, ou seja, mais de 4 vezes superior.

A região Norte vem na sequência com alta disparidade entre as taxas de mortalidade de jovens brancos e negros. Enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos foi de 26,8, entre jovens negros a taxa chegou a 92.

Em terceiro lugar no quesito desigualdade na violência letal temos a região Sudeste. Enquanto a taxa de homicídios de jovens brancos foi de 22,8 por 100 mil, entre jovens negros foi de 57,9, mais do que o dobro.

Na região Centro-Oeste a taxa de homicídios entre jovens brancos foi de 40,8 em 2015, enquanto a taxa de mortalidade por homicídio de jovens negros foi de 95,2. Os estados da região Sul registraram a menor desigualdade racial no indicador de homicídios: enquanto a taxa de mortalidade de jovens brancos foi de 48,1, a de negros foi de 53,5.

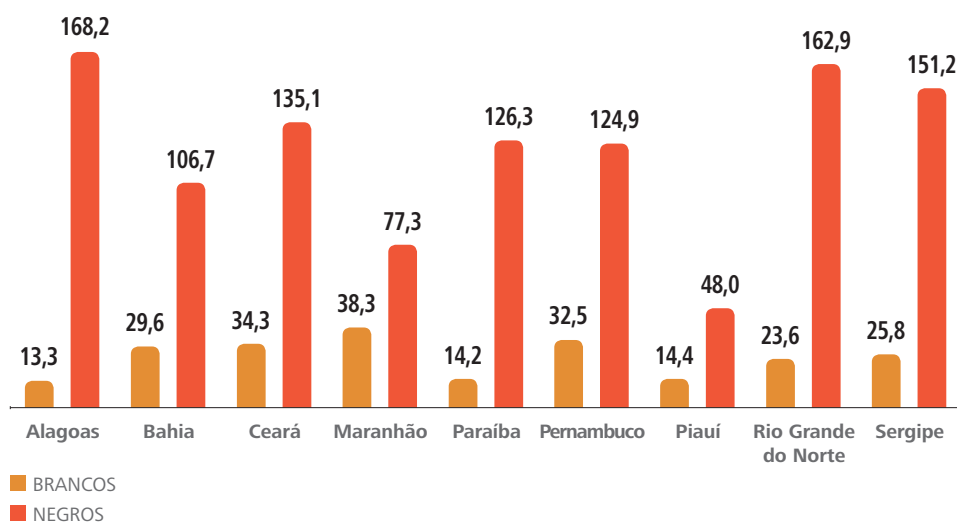
GRÁFICO 3: TAXA DE HOMICÍDIO ENTRE JOVENS POR RAÇA/COR, BRASIL E REGIÕES – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na análise dos Estados, verificamos que as maiores taxas de mortalidade concentram-se na região Nordeste, que apresenta também os maiores riscos relativos, ou seja, é na região Nordeste em que se verifica a maior proporção de jovens negros vítimas de homicídio quando comparado com a mortalidade de jovens brancos. O Piauí apresenta a menor taxa de homicídios de jovens negros na região Nordeste, e mesmo assim um jovem negro tem 3,3 vezes mais chances de morrer assassinado que um jovem branco.

GRÁFICO 4: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS, UFs DA REGIÃO NORDESTE – 2015

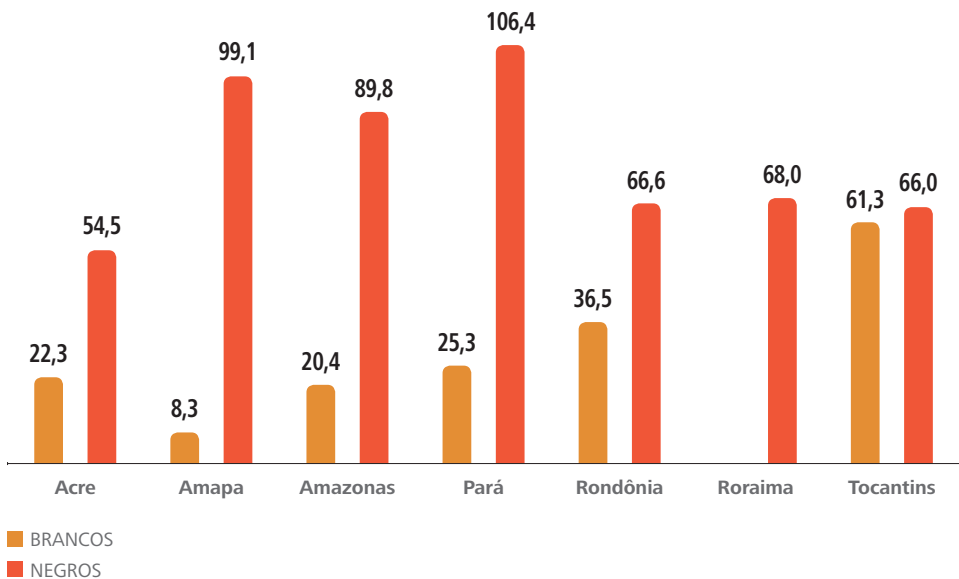


Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

É importante destacar que a taxa de homicídios nacional nesse mesmo ano foi de 28,9 por 100 mil habitantes (IPEA; FBSP, 2017), o que coloca o Brasil entre as nações mais violentas do mundo segundo relatório do UNODC (2014). Quando comparamos a taxa média de homicídios nacional com as taxas de mortalidade entre jovens desagregadas pelo quesito racial, verificamos a hiper concentração da violência entre os jovens negros, na evidência da vulnerabilidade deste segmento populacional.

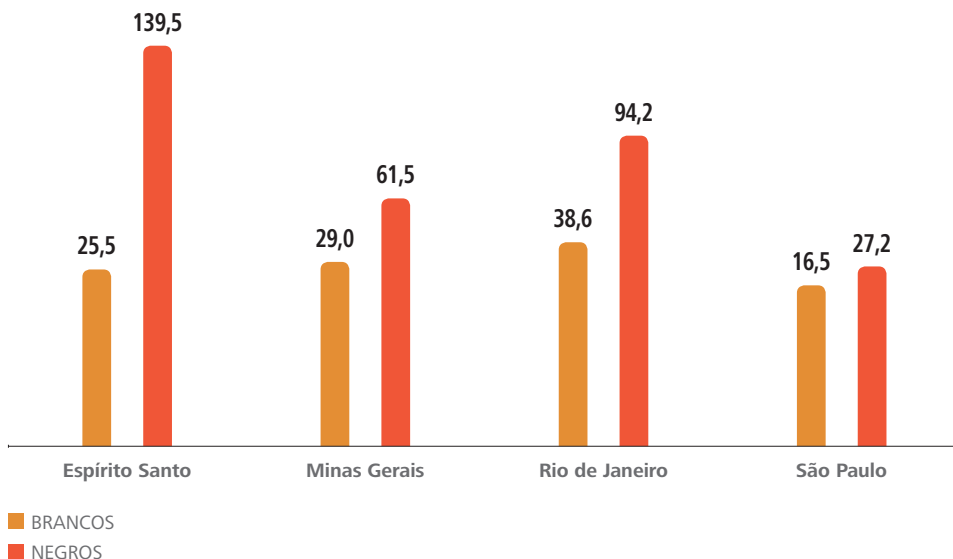
Embora todos os estados da região Norte apresentem taxas de homicídio de jovens negros mais altas do que de jovens brancos, no Tocantins essa diferença se apresentou menos pronunciada. Em sentido oposto e como já exposto anteriormente, no Estado de Roraima não foi possível calcular a taxa de homicídios entre jovens brancos dado que não houve nenhum assassinato de brancos nesta faixa etária em 2015.

GRÁFICO 5: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS, UFs DA REGIÃO NORTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

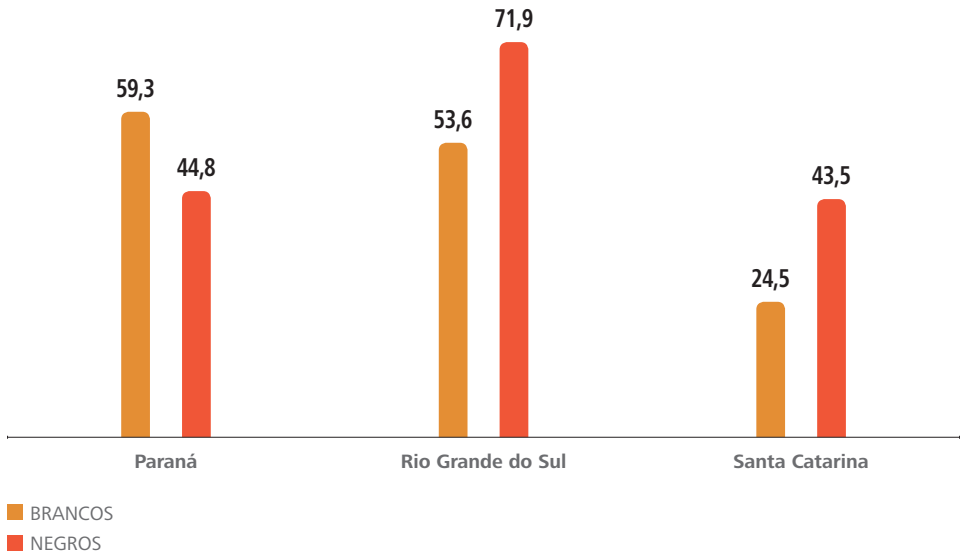
Na região Sudeste o caso mais extremo ocorre no Espírito Santo, no qual a taxa de homicídio de jovens brancos é de 25,46 e a de jovens negros de 139,48, ou seja, 5,5 vezes superior. O estado de São Paulo apresenta a menor disparidade nas taxas de mortalidade por raça/cor da região, mas isso não significa a inexistência de desigualdade racial na morte violenta: jovens negros morrem 1,6 vezes mais do que jovens brancos no estado.

GRÁFICO 6: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS, UFs DA REGIÃO SUDESTE – 2015

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A região Sul tem o único estado em que a proporção de mortes por homicídio entre pessoas negras e brancas se inverte. No Paraná, a taxa de mortalidade de jovens brancos é de 59,27 por 100 mil, enquanto entre os negros é de 44,84. Rio Grande do Sul e Santa Catarina seguem a tendência nacional, com maiores taxas de vitimização por homicídio entre jovens negros.

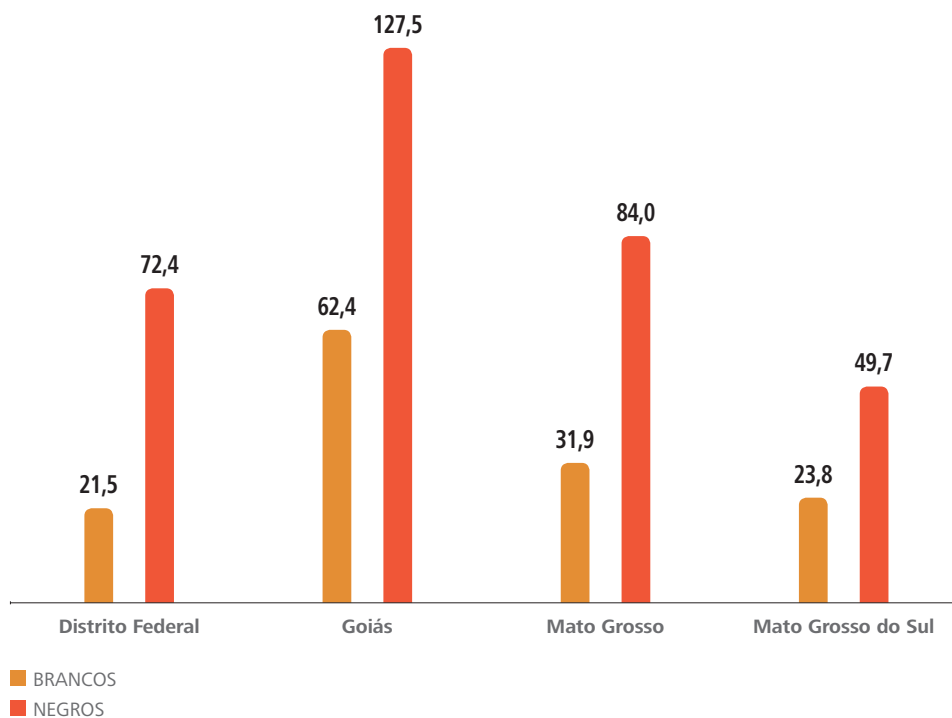
GRÁFICO 7: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS, UFs DA REGIÃO SUL – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na região Centro-Oeste as tendências de desigualdade se mantêm para todas as Unidades Federativas de forma pronunciada, mas chama a atenção a oscilação da letalidade violenta entre os estados. Enquanto no Mato Grosso do Sul a taxa de homicídios de negros é de 49,70 por grupo de 100 mil – bastante alta –, em Goiás, estado vizinho, a taxa de mortalidade do mesmo grupo chega a 127,50 por 100 mil, 2,6 vezes maior.

GRÁFICO 8: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE JOVENS BRANCOS E NEGROS, UFs DA REGIÃO CENTRO-OESTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A tabela 3 apresenta as taxas de homicídio por raça/cor e o risco relativo utilizado no indicador IVJ Violência e Desigualdade Racial. Em 2015 ocorreram mais de 30 mil mortes por homicídio na faixa etária de jovens negros e brancos entre 15 e 29 anos, representando 52% de todos os homicídios do país.

TABELA 3: HOMICÍDIO E RISCO RELATIVO DE MORTE DE JOVENS NEGROS E BRANCOS, REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – 2015

Regiões	Taxas de homicídios (100 mil)			Risco Relativo
	Branços	Negros	Total	
BRASIL	31,9	86,3	62,8	2,7
CENTRO-OESTE	40,8	95,2	74,3	2,3
Mato Grosso do Sul	23,8	49,7	37,7	2,1
Mato Grosso	31,9	84,0	67,3	2,6
Goiás	62,4	127,5	102,8	2,0
Distrito Federal	21,5	72,4	52,4	3,4
NORTE	26,8	92,0	77,2	3,4
Rondônia	36,5	66,6	57,2	1,8
Acre	22,3	54,5	45,6	2,4
Amazonas	20,4	89,8	73,9	4,4
Roraima	-	68,0	51,4	-
Pará	25,3	106,4	90,2	4,2
Amapá	8,3	99,1	77,2	11,9
Tocantins	61,3	66,0	64,8	1,1
NORDESTE	27,1	115,7	93,0	4,3
Maranhão	38,3	77,3	70,0	2,0
Piauí	14,4	48,0	41,3	3,3
Ceará	30,3	135,1	106,4	4,5
Rio Grande do Norte	23,6	162,9	105,9	6,9
Paraíba	14,2	126,3	85,8	8,9
Pernambuco	32,5	124,9	94,6	3,8
Alagoas	13,3	168,2	128,0	12,7
Sergipe	25,8	151,2	121,1	5,8
Bahia	29,6	106,7	92,4	3,6
SUL	48,1	53,5	49,0	1,1
Paraná	59,3	44,8	54,0	0,8
Santa Catarina	24,5	43,5	27,5	1,8
Rio Grande do Sul	53,6	71,9	57,3	1,3
SUDESTE	22,8	57,9	40,2	2,5
Minas Gerais	29,0	61,5	48,7	2,1
Espírito Santo	25,5	139,5	95,6	5,5
Rio de Janeiro	38,6	94,2	70,3	2,4
São Paulo	16,5	27,2	20,7	1,6

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

5.2 IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE ENTRE MULHERES NEGRAS E BRANCAS

A concentração das mortes por homicídios entre pessoas pretas e pardas também pode ser observada nos dados desagregados por sexo. Considerando-se a faixa etária de jovens (15 a 29 anos), em 26 Unidades da Federação a taxa de homicídios é maior entre as mulheres negras do que entre as mulheres brancas. No mesmo sentido, o Atlas da Violência (2017) mostrou que entre 2005 e 2015 a taxa de homicídios de mulheres brancas teve redução de 7,4%, enquanto a taxa de mortalidade de mulheres negras aumentou 22%.

No topo da desigualdade entre as taxas de homicídio estão os estados do Rio Grande do Norte, no qual as jovens negras morrem 8,11 vezes mais do que as jovens brancas, e do Amazonas, cujo risco relativo é de 6,97. Em terceiro lugar aparece a Paraíba, onde a chance de uma jovem negra ser assassinada é 5,65 vezes maior do que a de uma jovem branca residindo no Estado. Em quarto lugar vem o Distrito Federal com risco relativo de 4,72. Nos estados de Alagoas e Roraima não foi possível calcular a razão entre as duas taxas por não ter ocorrido nenhum homicídio de mulher branca nessa faixa etária. No entanto, as taxas de mortalidade entre jovens negras foram altas, com 10,7 e 9,5 mortes por 100 mil habitantes na mesma faixa etária e composição racial.

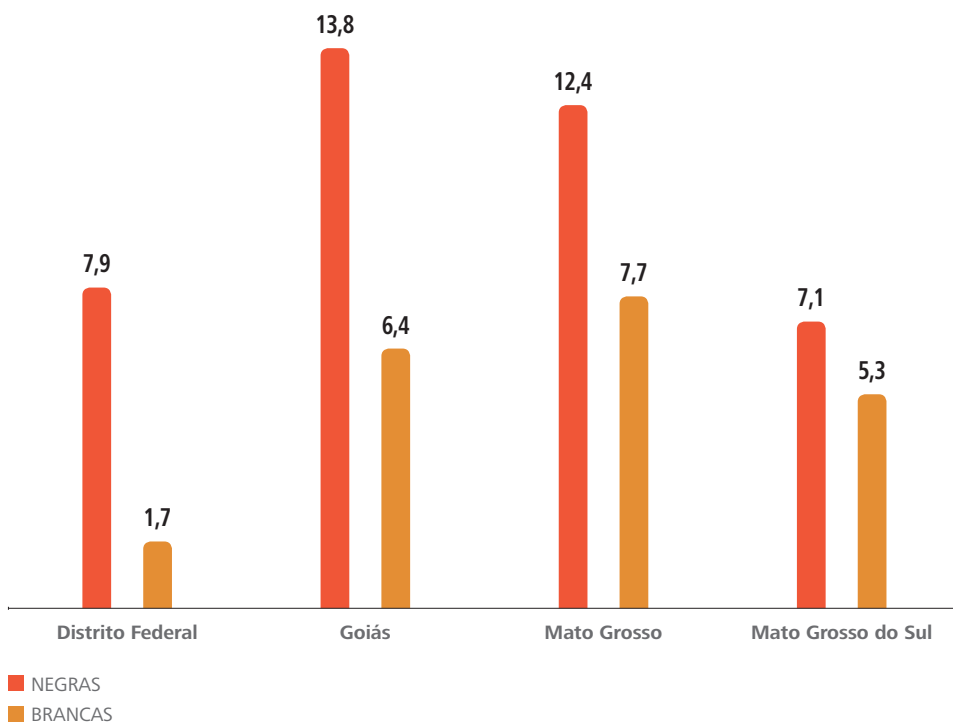
**TABELA 4: TAXAS DE HOMICÍDIOS DE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS
POR 100 MIL HABITANTES – 2015**

Unidade da Federação	Taxa de homicídios de jovens negras	Taxa de homicídios de jovens brancas	Risco Relativo
Brasil	7,8	3,6	2,19
Acre	11	4,1	2,68
Alagoas	10,7	-	ND
Amapá	5	3,8	1,33
Amazonas	12,3	1,8	6,97
Bahia	8	2,7	2,94
Ceará	7,2	1,6	4,43
Distrito Federal	7,9	1,7	4,72
Espírito Santo	13	3,7	3,5
Goiás	13,8	6,4	2,15
Maranhão	5,5	5	1,1
Mato Grosso	12,4	7,7	1,6
Mato Grosso do Sul	7,1	5,3	1,36
Minas Gerais	6,9	3,6	1,95
Pará	11	4,5	2,45
Paraíba	13	2,3	5,65
Paraná	4,8	6	0,79
Pernambuco	9,6	4	2,43
Piauí	7,4	2	3,64
Rio de Janeiro	6,6	4,2	1,55
Rio Grande do Norte	11,7	1,4	8,11
Rio Grande do Sul	7,8	5,6	1,39
Rondônia	12,8	6,5	1,96
Roraima	9,5	-	ND
Santa Catarina	7,3	3,1	2,33
São Paulo	3,2	2,2	1,44
Sergipe	8,6	2,3	3,68
Tocantins	7	6,1	1,15

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O gráfico a seguir apresenta as taxas de homicídios de mulheres negras e brancas nas Unidades da Federação da região Centro-Oeste. Verifica-se que a taxa de homicídios entre mulheres negras e jovens é bastante superior à taxa entre brancas em todas as UF. O caso mais dramático ocorre no Goiás, onde a taxa de mortalidade de jovens negras chega a 13,8 por 100 mil, a maior do país.

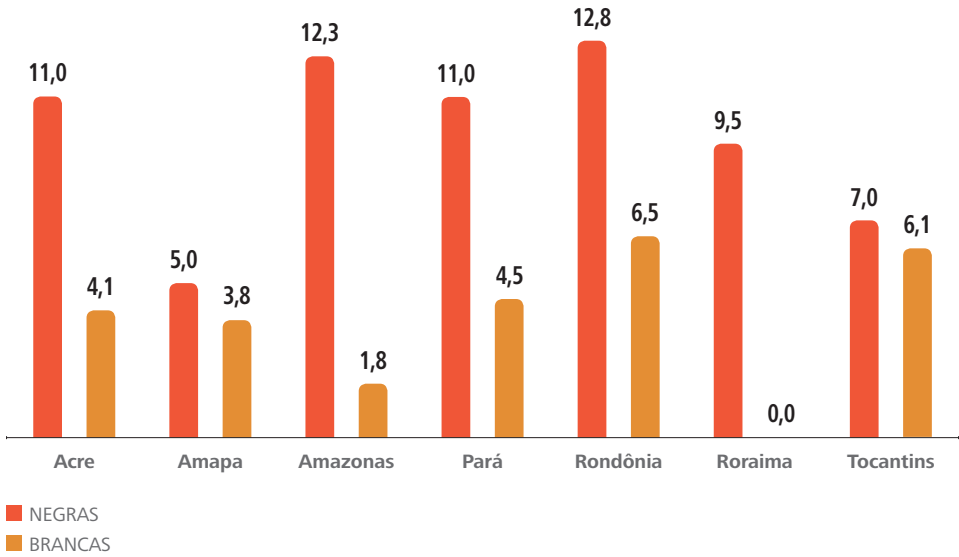
GRÁFICO 9: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS, UFs DA REGIÃO CENTRO-OESTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na região Norte o mesmo fenômeno é observado, com maiores taxas de mortalidade por homicídio entre jovens negras em todos os estados. No Amazonas verifica-se a maior diferença na mortalidade entre jovens negras e brancas, com taxa de mortalidade entre negras de 12,3 e entre brancas de 1,8. De modo geral, todas as UF da região norte apresentam altas taxas de violência letal contra jovens negras, mas também preocupam as taxas de violência letal contra mulheres brancas que, ainda que menores, permanecem altas. A única exceção fica por conta de Roraima, Estado em que não houve nenhum registro de morte por agressão de mulher branca na faixa etária entre 15 e 29 anos em 2015.

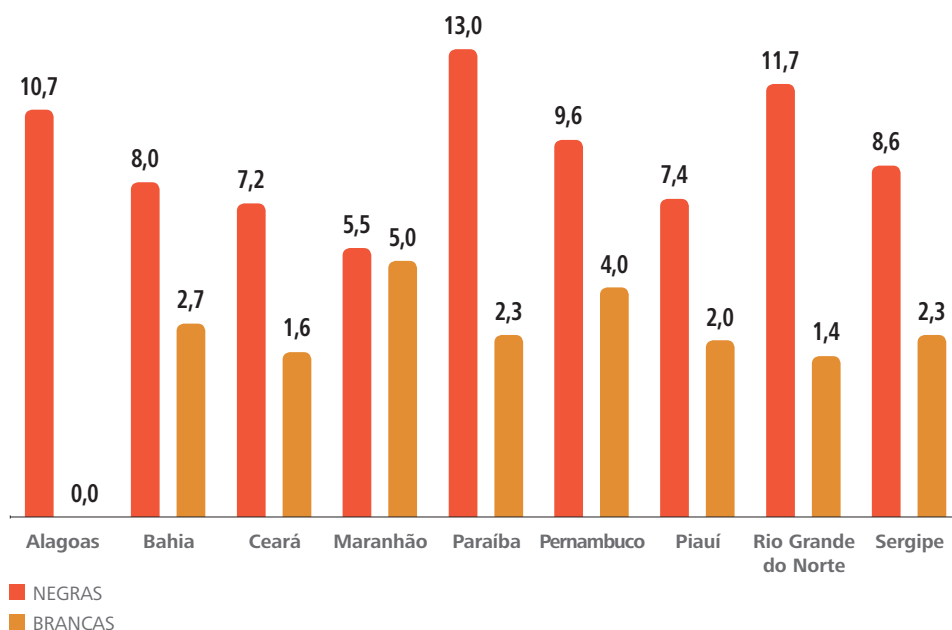
GRÁFICO 10: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS, UFs DA REGIÃO NORTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A região Nordeste segue a mesma tendência da região Norte, com altas taxas de violência letal contra mulheres, em especial contra as mulheres negras. A situação mais grave ocorre na Paraíba, cuja taxa de mortalidade de jovens negras chega a 13 por 100 mil ante a taxa de 2,3 entre mulheres brancas. O Rio Grande do Norte vem na sequência com a segunda maior taxa de mortalidade entre mulheres negras, com 11,7 mortes para cada 100 mil. Em Alagoas não houve homicídio de mulher brancas em 2015.

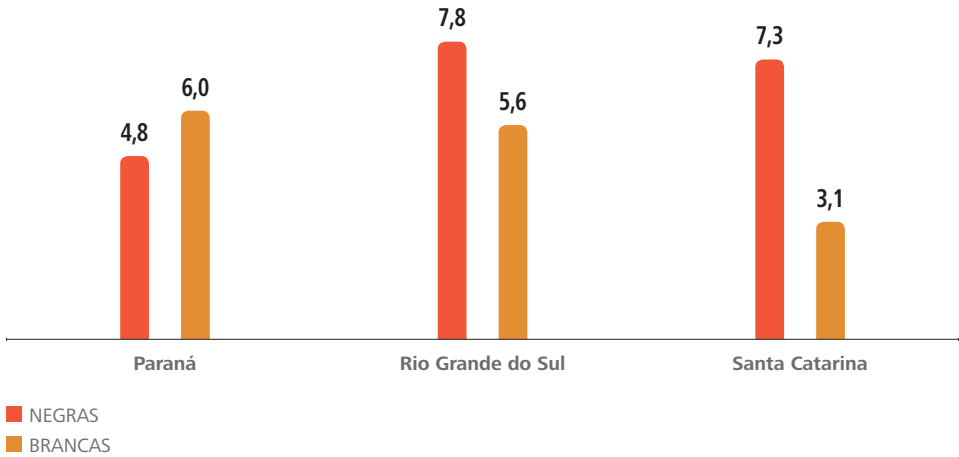
GRÁFICO 11: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS, UFs DA REGIÃO NORDESTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

A região Sul destoa do resto do país, demonstrando menor desigualdade na violência letal contra mulheres. Além do risco relativo ser abaixo da média em todas as UFs da região, também é na região Sul que temos o único estado que apresenta taxa de homicídios de jovens brancas superior à de jovens negras. Vale destacar que essa tendência foi verificada no Paraná também na edição anterior do IVJ Violência e Desigualdade Racial e repete-se para homens e mulheres. Não foi levantada hipótese explicativa para essa diferença em relação ao restante do país.

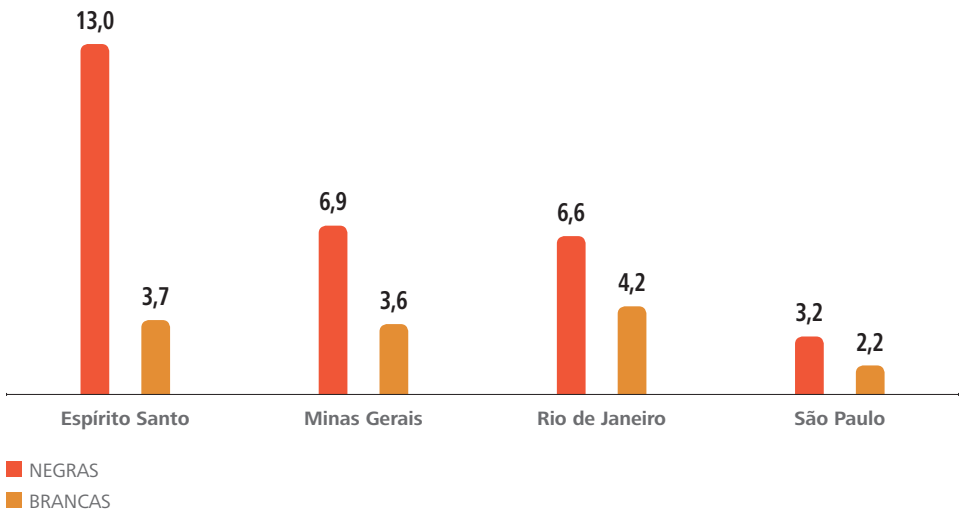
GRÁFICO 12: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS, UFs DA REGIÃO SUL – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na região Sudeste verifica-se uma maior prevalência da violência letal entre jovens negras em relação a jovens brancas em todas as UF. No Espírito Santo verifica-se o quadro mais preocupante, com taxa de homicídio de 13 por grupo de 100 mil entre mulheres negras, a segunda maior do país, atrás apenas de Goiás.

GRÁFICO 13: COMPARATIVO DA TAXA DE HOMICÍDIOS ENTRE MULHERES JOVENS NEGRAS E BRANCAS, UFs DA REGIÃO SUDESTE – 2015



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

5.3 CONCLUSÃO: A COR DA PELE COMO FATOR DE RISCO

“Não existe democracia racial efetiva onde o intercâmbio entre indivíduos pertencentes a ‘raças’ distintas começa e termina no plano da tolerância convencionalizada. Esta pode satisfazer às exigências de ‘bom tom’, de um discutível ‘espírito cristão’ e da necessidade prática de ‘manter cada um em seu lugar’. Contudo, ela não aproxima realmente os homens senão na base da mera coexistência no mesmo espaço social e, onde isso chega a acontecer, da convivência restritiva, regulada por um código que consagra a desigualdade, disfarçando-a acima dos princípios da ordem social democrática” (CARDOSO; IANNI, 1960; p. 10).

Por mais de três séculos o sistema produtivo brasileiro esteve associado à escravidão como mecanismo de sustentação. Na metade do século XIX a transição do modelo de trabalho escravo para o trabalho livre passou a ser implementado com o fim da importação de negros africanos (KOWARICK, 1994), o que forçou gradualmente o enfraquecimento do regime escravista. O Brasil foi o último país do mundo a abolir oficialmente a escravidão em 1888, momento em que os negros já representavam cerca de 50% da população (THEODORO, 2008).

Mas a abolição não significou para a população negra a possibilidade de inserção no mercado de trabalho em ocupações assalariadas. Pelo contrário, o negro só foi absorvido pelo processo produtivo de regiões estagnadas economicamente, com trabalhos precários e em geral em áreas rurais. Em meio ao crescimento do processo de industrialização, a imigração massiva de europeus serviu para fornecer mão de obra livre às fábricas nos centros urbanos (KOWARICK, 1994; JACCOUD, 2008), servindo também ao ideal de branqueamento da nação, visto então como condição necessária ao avanço do país.

O esforço de incorporação de trabalhadores pretos e pardos ao mercado de trabalho só foi institucionalizado pelo Estado com a lei de Amparo do Trabalhador Brasileiro Nato, promulgada por Vargas em 1931, garantindo que dois terços dos funcionários das indústrias fossem brasileiros, o que permitiu a incorporação de um contingente da população negra no mercado urbano. O problema é que esta incorporação se mostrou limitada porque incluía nesse rol de “trabalhadores” apenas aqueles que viviam nas cidades e, como já foi dito, a maior parte dos negros encontrava-se nas áreas rurais.

No final da década de 1930 a expressão democracia racial passa a ser utilizada pelos intelectuais brasileiros, o que segundo Campos foi uma tentativa de diferenciar o Brasil do contexto nazi-fascista no pós 2ª Guerra (apud GUIMARÃES, 2006).

Entre os estudiosos existia a crença de que o racismo fora forjado no âmbito do patrimonialismo e da profunda desigualdade social que atingia a população brasileira (FERNANDES, 1965; FAORO, 1958), o que poderia ser superado com a universalização de serviços e direitos básicos a serem fornecidos pelo Estado como saúde e educação, per-

mitindo a competição em condições de igualdade. A ideia é por trás desse pensamento é a de que a radicalização da democracia no Brasil permitiria a redução das desigualdades e seria o caminho natural para acabar com o preconceito racial.

Mas a partir do final dos anos 1970 novas pesquisas passaram a indicar que a cor da pele poderia ser um fator explicativo para uma maior vulnerabilidade dos indivíduos na sociedade. Foi o estudo de Hasenbalg e Silva (1988) que, por meio da análise de dados censitários de educação, renda, ocupação, cor, dentre outros, demonstrou estatisticamente que pretos e pardos não apenas eram mais pobres, mas que a cor de sua pele era uma variável importante para explicar a reprodução destas condições de vida.

Ou seja, é apenas nos anos de 1970 que surge uma reflexão no sentido de que a universalização de serviços e a incorporação dos negros no mercado de trabalho não seriam suficientes para reduzir a desigualdade no Brasil. Se o racismo não se manifestava de forma explícita com a segregação de negros como ocorreu nos Estados Unidos e na África do Sul, era um componente invisível e permanente que impedia a universalização de oportunidades na sociedade brasileira (GUIMARÃES, 2006).

Este breve antecedente histórico serve para contextualizar os desafios prementes para redução do racismo e da desigualdade no Brasil até hoje. Os dados apresentados pelo IVJ-Violência e Desigualdade Racial, com destaque para os riscos relativos de mortalidade entre jovens e entre jovens do sexo feminino, evidenciam a brutal desigualdade que atinge negros e negras até na hora da morte.

Essa desigualdade se manifesta ao longo de toda a vida e em diversos indicadores socioeconômicos, em uma combinação perversa de vulnerabilidade social e racismo que os acompanha durante toda a vida. Não à toa, negros e negras ainda sofrem com enormes disparidades salariais no mercado de trabalho: dados recentes divulgados pelo IBGE mostram que negros ganham 59% dos rendimentos de brancos (2016). Negros representam 70% da população que vive em situação de extrema pobreza, concentram maiores taxas de analfabetismo do que brancos - 11% entre negros e 5% entre brancos - (PNAD, 2016), além de constituírem mais de 61% da população encarcerada (DEPEN, 2014), embora representem 54% da população (IBGE).

Se diante do contexto apresentado os dados aqui expostos não trazem grandes novidades, à exceção do enfoque conjunto entre raça e gênero, ao menos constituem novas evidências empíricas das desvantagens cumulativas a que está exposta a população negra no Brasil. Assumir que a violência letal está fortemente endereçada à população negra e que este é um componente que se associa a uma série de desigualdades socioeconômicas é o primeiro passo para o desenvolvimento de políticas públicas focalizadas e ações afirmativas que sejam capazes de dirimir essas inequidades.

6.

**IVJ – ÍNDICE DE
VULNERABILIDADE
JUVENIL À VIOLÊNCIA
NOS MUNICÍPIOS**

O Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-Violência) é um indicador sintético que classifica municípios com mais de 100 mil habitantes a partir de uma série de variáveis mobilizadas na explicação da associação e envolvimento de jovens com a violência. Neste sentido, o IVJ – Violência consiste em um importante instrumento de análise das condições de vida da população jovem, municiando os gestores e formuladores de políticas públicas de informações capazes de aumentar a eficiência de suas ações, especialmente no âmbito subnacional, locus por excelência das políticas de prevenção à violência.

Esta é a quinta atualização do IVJ – Violência e contempla os 304 municípios que, no ano de 2015, possuíam mais de 100 mil habitantes. Assim como nas edições anteriores, o IVJ – Violência combina variáveis associadas aos níveis de exposição de jovens à violência, permanência na escola, forma de inserção no mercado de trabalho e o contexto socioeconômico dos municípios. Neste sentido, embora o indicador de violência letal seja variável fundamental para explicar a exposição à violência de jovens, o IVJ – Violência contempla ainda outras dimensões importantes para compreender a vulnerabilidade social, tais como educação, emprego, pobreza e desigualdade.

As dimensões de análise e as variáveis utilizadas para construí-las podem ser verificadas no quadro 1. Na dimensão violência entre jovens foram utilizados os dados do Índice de Homicídio na Adolescência e do Índice de Mortalidade por Acidentes de Trânsito na Adolescência, desenvolvidos a pedido do Fórum Brasileiro de Segurança Pública pelo Laboratório de Análise da Violência da UERJ (LAV-UERJ), desagregados por três grupos de idade (15 a 18 anos; 19 a 24 anos; e 25 a 29 anos).

A dimensão frequência à escola e emprego foi construída a partir de variáveis que expressam a parcela de adolescentes e jovens que não frequentam a escola, bem como aqueles que se inserem de forma precária no mercado de trabalho. A dimensão de pobreza no município incorpora variáveis relativas aos níveis de escolaridade e renda e, por fim, a dimensão de desigualdade associa variáveis relativas aos níveis de escolaridade e a existência de assentamentos precários.

QUADRO 1: VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA COMPOR O IVJ – VIOLÊNCIA 2017, ANO BASE 2015

Dimensão	Indicador	Componentes	Peso*
Violência entre os jovens	Y1	Indicador de homicídios na adolescência (15 a 18 anos) – IHA	0,33
		Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1	0,33
		Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2	0,33
	Y2	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito na adolescência (15 a 18 anos) – IAA	0,30
		Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 19 a 24 anos – IAJ1	0,30
		Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 25 a 29 anos – IAJ2	0,40
Frequência à escola e situação de emprego	Y3	Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não frequentam escola (EMP1)	0,33
		Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não trabalham e não estudam (EMP2)	0,33
		Proporção de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) (EMP3)	0,33
Pobreza no município	Y4	Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio do salário mínimo (POB1)	0,50
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo (POB2)	0,50
Desigualdade	Y5	Proporção de domicílios localizados em assentamentos precários (aglomerados subnormais) (DESI2)	0,50
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo (DESI1)	0,50

Fonte: (1) Nota: nesta edição do IVJ-V utilizou-se como proxy da variável “domicílios localizados em assentamentos precários”, a variável “domicílios localizados em aglomerados subnormais”, definido como o conjunto de no mínimo 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa.

Os 304 municípios incluídos na análise (ou seja, aqueles com mais de 100 mil habitantes, em 2015) distribuíram-se em cinco grupos de vulnerabilidade e representam aproximadamente 56% da população brasileira.

TABELA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS POR IVJ – VIOLÊNCIA – 2017

	Municípios	População total	%	População 15 a 29 anos	%
Baixa (Até 0,300)	81	26.123.269	22,7	4.349.969,56	22,5
Média - Baixa (Mais de 0,300 a 0,370)	69	32.184.193	28,0	5.331.610,82	27,6
Média (Mais de 0,370 a 0,450)	95	37.610.489	32,7	6.275.914,72	32,5
Alta (Mais de 0,450 a 0,500)	38	14.716.477	12,8	2.625.351,07	13,6
Muito Alta (Mais de 0,500)	21	4.215.498	3,7	729.507,65	3,8
TOTAL	304	114.849.927	100,0	19.312.354	100,0

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

- **Grupo 1: Baixa vulnerabilidade juvenil à violência (até 0,300):** grupo composto por 81 municípios, que em 2015 englobavam aproximadamente 12,8% da população brasileira – 26,1 milhões de habitantes, dos quais 4,3 milhões de jovens com idade entre 15 e 29 anos. O estado com maior percentual de municípios nesse grupo foi Santa Catarina: 84,6% dos municípios analisados na UF pertencem ao grupo. Considerando-se apenas a população analisada, 22,5% dos jovens brasileiros estão no grupo 1.
- **Grupo 2: Média-baixa vulnerabilidade juvenil à violência (mais de 0,300 a 0,370):** composto por 69 municípios e 32,2 milhões de habitantes, dos quais pouco mais de 5,3 milhões são jovens de 15 a 29 anos. A população desses municípios somada, representa 15,7% da população brasileira. Os estados com maior percentual de municípios nesse grupo são Rio Grande do Sul (42,1%), Paraná (35,0%) e Minas Gerais (34,4%). 27,6% dos jovens brasileiros que moram em municípios com mais de 100 mil habitantes estão em municípios de média-baixa vulnerabilidade juvenil à violência.
- **Grupo 3: Média vulnerabilidade juvenil à violência (mais de 0,370 a 0,450):** composto por 95 municípios e 37,6 milhões de habitantes, que representam 18,4% da população brasileira, aproximadamente. Nesse grupo, os jovens de 15 a 29 anos totalizavam 6,3 milhões de pessoas. Os estados que aparecem com mais municípios nessa categoria são Espírito Santo (66,7%), Goiás (58,3%) e Maranhão (55,6%). Este é o grupo onde está o maior percentual de jovens (32,5%) de 15 a 29 anos, considerando-se toda a população analisada.
- **Grupo 4: Alta vulnerabilidade juvenil à violência (mais de 0,450 a 0,500):** composto por 38 municípios e 14,7 milhões de habitantes, que representam 7,2% da população brasileira. Nesse grupo, os jovens de 15 a 29 anos totalizavam aproximadamente 2,6 milhões de pessoas. Ceará se destaca com 6 dos 9 municípios analisados nesse grupo. 13,6% dos jovens de 15 a 29 anos analisados estão nesse grupo.
- **Grupo 5: Muito alta vulnerabilidade juvenil à violência (mais de 0,500):** composto por 21 municípios que englobavam, em 2015, 2,1% da população brasileira (4,2 milhões de habitantes), sendo mais de 729 mil adolescentes e jovens com idade entre 15 e 29 anos. Os estados com maior percentual de municípios no grupo de muito alta vulnerabilidade são: Pará (26,7%), Bahia (23,5%) e Pernambuco (23,1%). 3,8% da população de jovens do estudo estão nesse grupo.

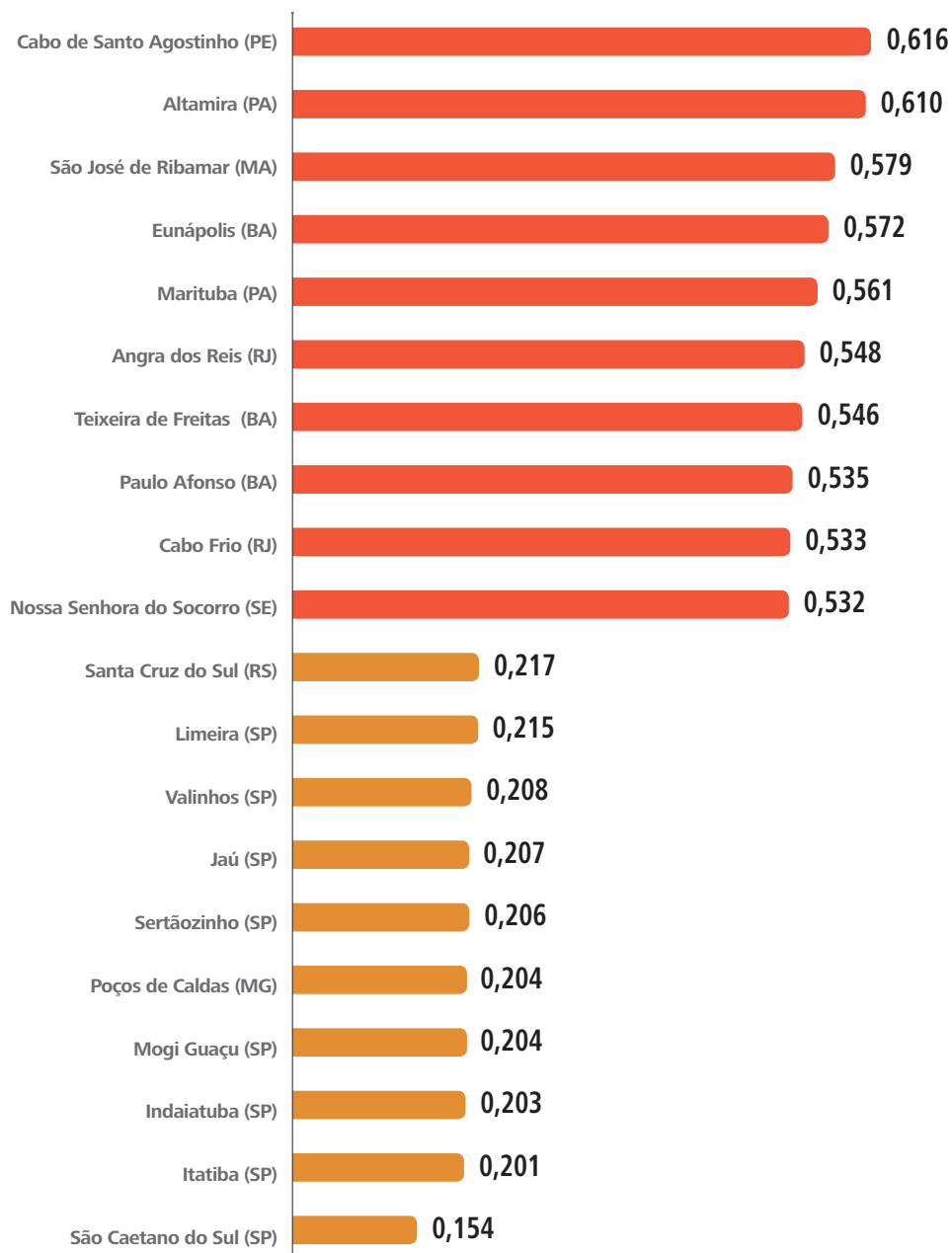
TABELA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS SEGUNDO CLASSES DO IVJ-VIOLÊNCIA 2017, GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO – ANO BASE 2015

	Baixa (Até 0,300)	Média - Baixa (Mais de 0,300 a 0,370)	Média (Mais de 0,370 a 0,450)	Alta (Mais de 0,450 a 0,500)	Muito Alta (Mais de 0,500)	Total de municípios analisados
Rondônia	0	0	3	0	0	3
Acre	0	1	0	0	0	1
Amazonas	0	1	0	1	0	2
Roraima	0	0	0	1	0	1
Pará	0	3	4	4	4	15
Amapá	0	1	1	0	0	2
Tocantins	0	0	1	1	0	2
Maranhão	0	0	5	3	1	9
Piauí	0	0	2	0	0	2
Ceará	0	0	3	6	0	9
Rio Grande do Norte	0	1	2	0	0	3
Paraíba	0	0	4	0	0	4
Pernambuco	0	1	7	2	3	13
Alagoas	0	0	0	1	1	2
Sergipe	0	0	1	1	1	3
Bahia	0	1	6	6	4	17
Minas Gerais	10	11	9	1	1	32
Espírito Santo	1	0	6	2	0	9
Rio de Janeiro	0	5	11	5	5	26
São Paulo	44	24	7	1	0	76
Paraná	5	7	8	0	0	20
Santa Catarina	11	1	1	0	0	13
Rio Grande do Sul	7	8	4	0	0	19
Mato Grosso do Sul	2	2	0	0	0	4
Mato Grosso	0	0	3	1	0	4
Goiás	0	2	7	2	1	12
Distrito Federal	1	0	0	0	0	1
TOTAL	81	69	95	38	21	304

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os estados do Ceará, Bahia e Pará apresentam os maiores percentuais de municípios de alta e muito alta vulnerabilidade, com 66,7%, 58,8% e 53,3% respectivamente. Em sentido oposto, os estados com os maiores percentuais de municípios classificados nos dois grupos menos vulneráveis são Santa Catarina (92,3%), São Paulo (89,5%) e Rio Grande do Sul (78,9%). O gráfico a seguir contrasta os dez municípios com a pior e a melhor situação de vulnerabilidade juvenil à violência. Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, é o município com o maior IVJ (0,62) e São Caetano do Sul, em São Paulo, foi o município com menor IVJ (0,15).

GRÁFICO 14: RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIORES E MENORES VALORES NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017, ANO BASE 2015

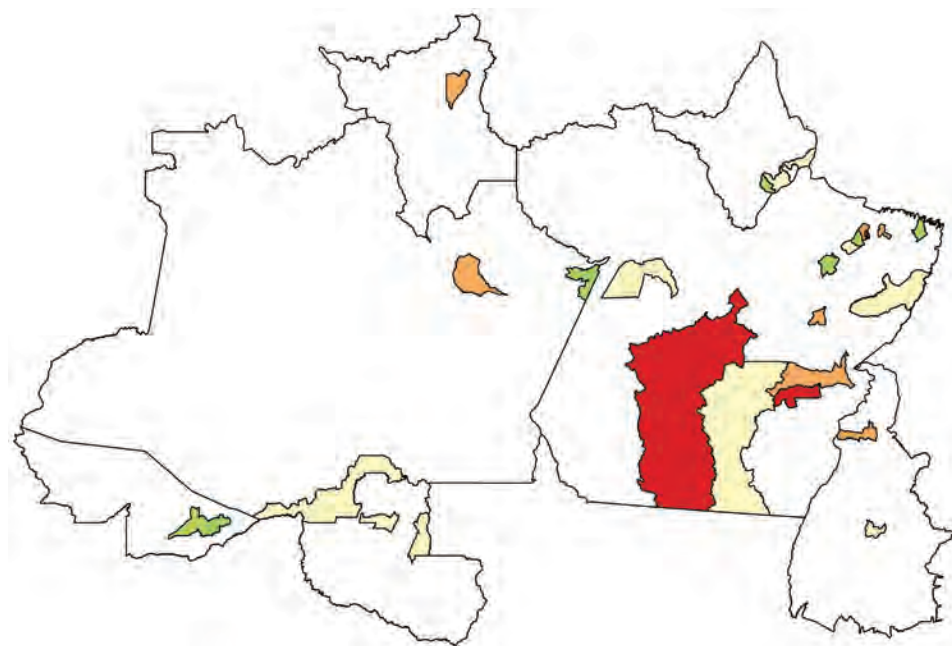


■ DEZ MUNICÍPIOS COM MAIOR VALOR NO IVJ – VIOLÊNCIA.

■ DEZ MUNICÍPIOS COM MENOR VALOR NO IVJ – VIOLÊNCIA.

Entre os dez municípios com os maiores índices de vulnerabilidade juvenil à violência, seis estão na região Nordeste, dois na região Norte e dois no Sudeste. O estado de São Paulo tem oito entre os dez municípios com menor IVJ, sendo que os outros dois municípios estão em Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

MAPA 2: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO NORTE, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017



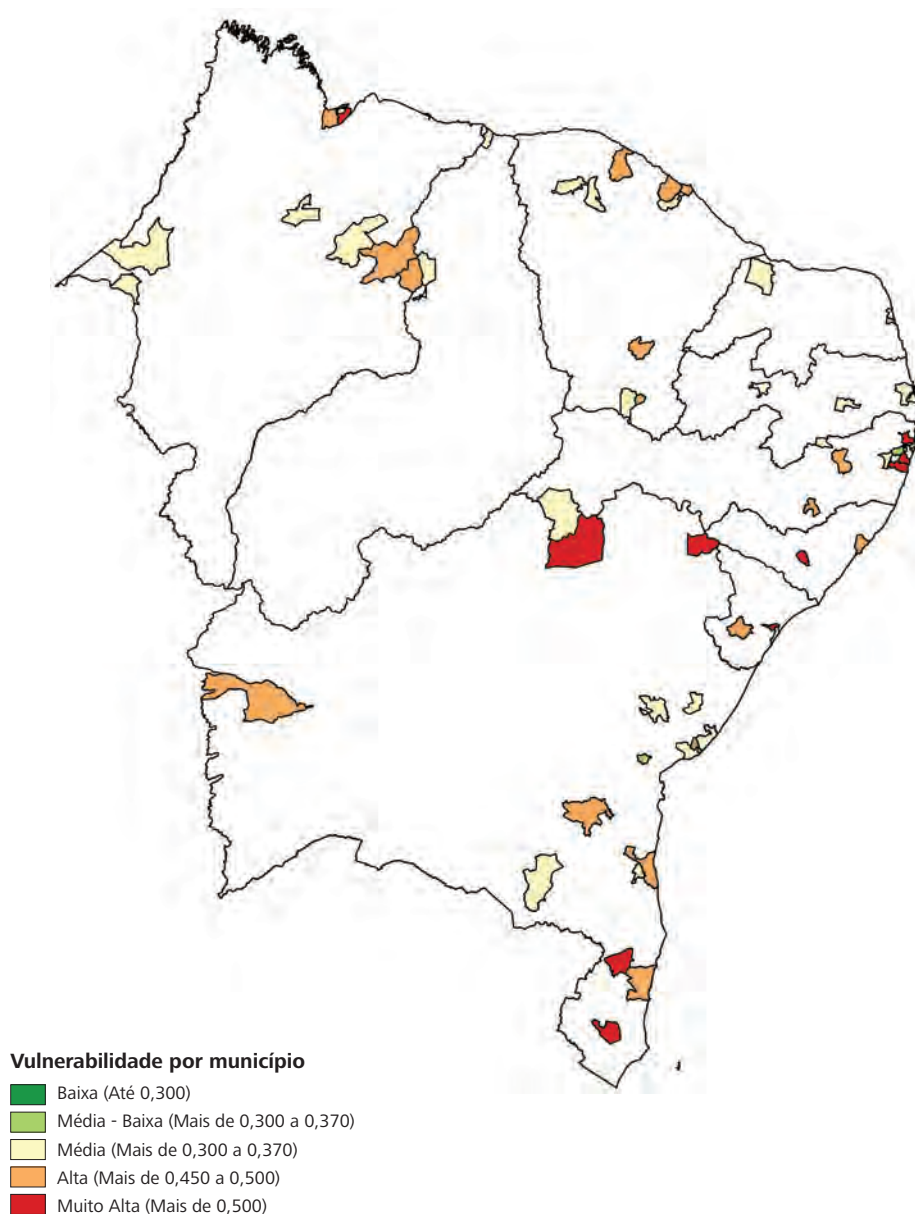
Vulnerabilidade por município

- Baixa (Até 0,300)
- Média - Baixa (Mais de 0,300 a 0,370)
- Média (Mais de 0,370 a 0,450)
- Alta (Mais de 0,450 a 0,500)
- Muito Alta (Mais de 0,500)

Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na região Norte, o município de Altamira, no Pará, chama a atenção com sua grande extensão territorial na cor vermelha, ou seja, com alta vulnerabilidade juvenil à violência. Na região também aparecem municípios com alta, média e média baixa, mas nenhum município com baixa vulnerabilidade.

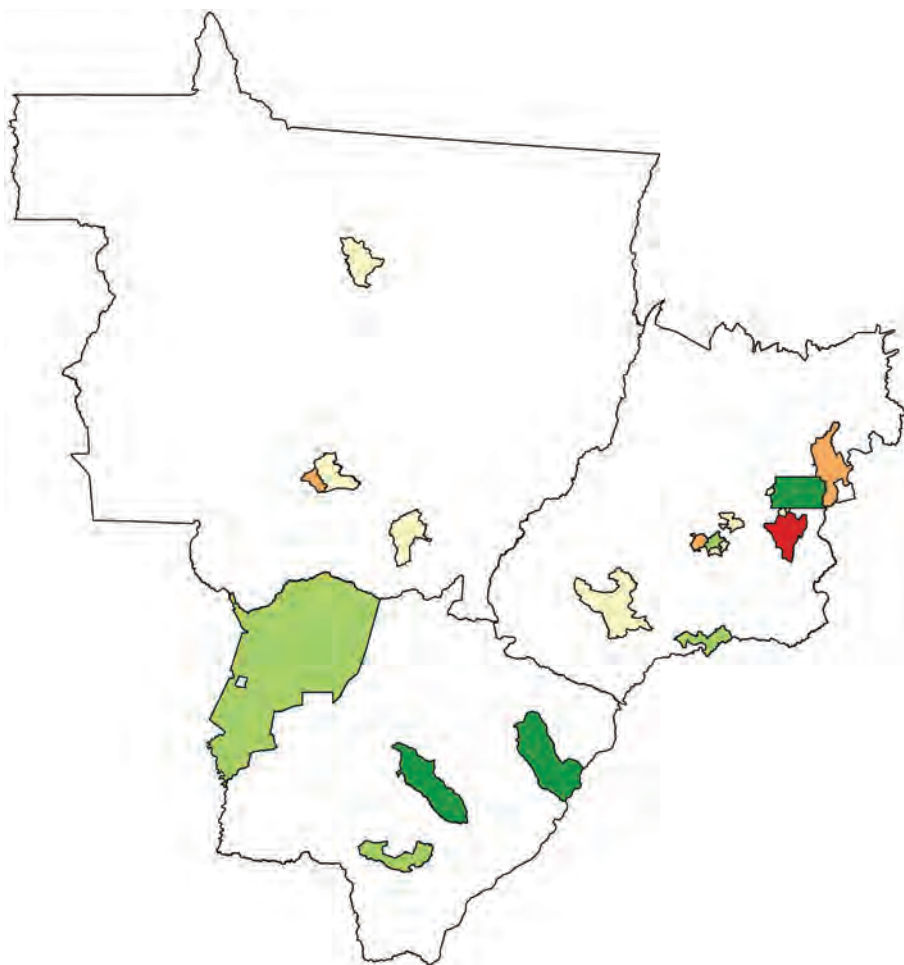
MAPA 3: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO NORDESTE, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017



Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Na região Nordeste predominam os municípios de média e alta vulnerabilidade, com uma quantidade significativa de municípios com muito alta vulnerabilidade e nenhum município com baixa vulnerabilidade.

MAPA 4: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO CENTRO-OESTE, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017



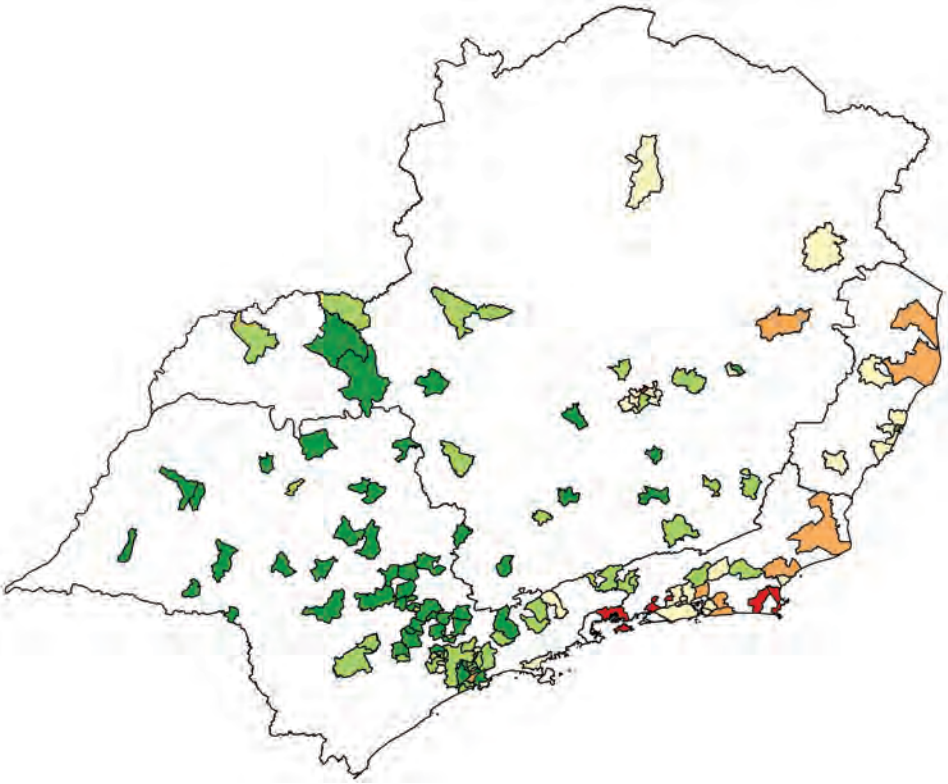
Vulnerabilidade por município

- Baixa (Até 0,300)
- Média - Baixa (Mais de 0,300 a 0,370)
- Média (Mais de 0,300 a 0,370)
- Alta (Mais de 0,450 a 0,500)
- Muito Alta (Mais de 0,500)

Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

No Centro-Oeste, região com relativamente poucos municípios que ultrapassam 100 mil habitantes, há uma proporção considerável de municípios com baixa e média-baixa vulnerabilidade. Na região, apenas o município de Luziânia, em Goiás, foi classificado com muito alta vulnerabilidade.

MAPA 5: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO SUDESTE, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017



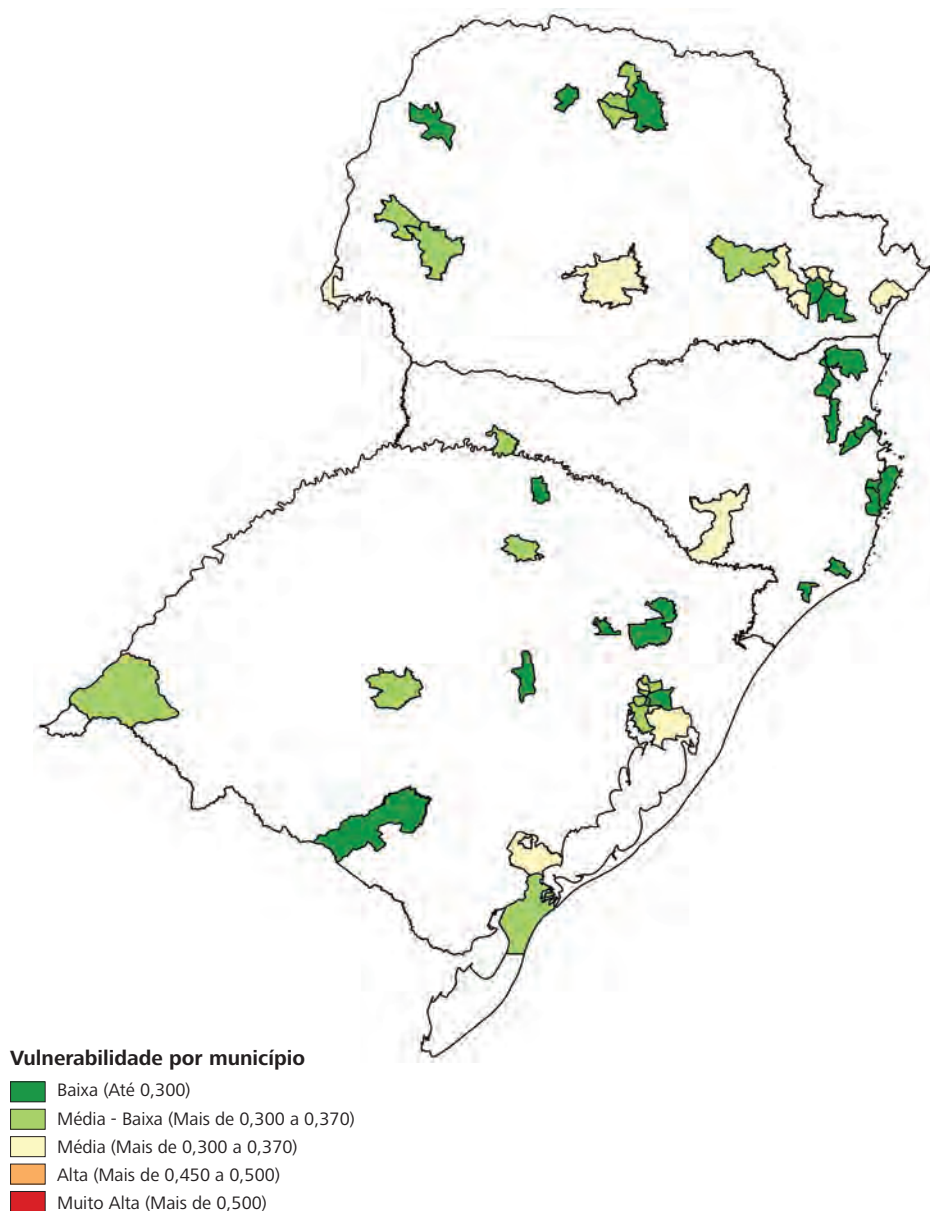
Vulnerabilidade por município

- Baixa (Até 0,300)
- Média - Baixa (Mais de 0,300 a 0,370)
- Média (Mais de 0,300 a 0,370)
- Alta (Mais de 0,450 a 0,500)
- Muito Alta (Mais de 0,500)

Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

O Sudeste é uma região que possui uma grande quantidade de municípios com mais de 100 mil habitantes. No estado de São Paulo predominam as situações de baixa e média-baixa vulnerabilidade. O mesmo se dá em relação ao estado de Minas Gerais. A situação vai se modificando em direção ao norte e leste da região, com alguns municípios do estado do Rio de Janeiro em situação de alta vulnerabilidade. Já no Espírito Santo, a situação dos municípios ficou restrita às duas faixas intermediárias de média e alta vulnerabilidade.

MAPA 6: DISTRIBUIÇÃO DOS MUNICÍPIOS NA REGIÃO SUL, SEGUNDO CLASSIFICAÇÃO NO IVJ – VIOLÊNCIA 2017



Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Nenhum estado da região Sul apresenta situação de alta ou muito alta vulnerabilidade juvenil à violência. Em Santa Catarina está a maior proporção de municípios com baixa vulnerabilidade, sendo possível notar que essa concentração se dá próxima à faixa litorânea.

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Pernambuco	Cabo de Santo Agostinho	Muito Alta	1	0,616	0,663	0,616	0,532	0,658	0,599
Pará	Altamira	Muito Alta	2	0,610	0,717	0,879	0,601	0,689	0,126
Maranhão	São José de Ribamar	Muito Alta	3	0,579	0,730	0,416	0,568	0,578	0,602
Bahia	Eunápolis	Muito Alta	4	0,572	0,667	0,847	0,555	0,681	0,076
Pará	Marituba	Muito Alta	5	0,561	0,702	0,445	0,515	0,573	0,560
Rio de Janeiro	Angra dos Reis	Muito Alta	6	0,548	0,532	0,594	0,616	0,515	0,481
Bahia	Teixeira de Freitas	Muito Alta	7	0,546	0,775	0,615	0,570	0,680	0,070
Bahia	Paulo Afonso	Muito Alta	8	0,535	0,557	0,765	0,587	0,689	0,073
Rio de Janeiro	Cabo Frio	Muito Alta	9	0,533	0,575	0,587	0,598	0,543	0,362
Sergipe	Nossa Senhora do Socorro	Muito Alta	10	0,532	0,809	0,496	0,506	0,656	0,173
Rio de Janeiro	Queimados	Muito Alta	11	0,531	0,650	0,607	0,669	0,597	0,135
Rio de Janeiro	Araruama	Muito Alta	12	0,531	0,518	0,65	0,571	0,600	0,314
Rio de Janeiro	Itaguaí	Muito Alta	13	0,527	0,578	0,64	0,652	0,574	0,191
Pernambuco	Igarassu	Muito Alta	14	0,526	0,440	0,846	0,525	0,678	0,131
Pará	Ananindeua	Muito Alta	15	0,520	0,558	0,444	0,466	0,542	0,592
Alagoas	Arapiraca	Muito Alta	16	0,512	0,477	0,739	0,540	0,751	0,063
Pernambuco	Jaboatão dos Guararapes	Muito Alta	17	0,510	0,424	0,551	0,501	0,598	0,493
Pará	Parauapebas	Muito Alta	18	0,509	0,398	0,821	0,539	0,605	0,173
Goiás	Luziânia	Muito Alta	19	0,507	0,589	0,693	0,495	0,642	0,098
Bahia	Juazeiro	Muito Alta	20	0,503	0,419	0,802	0,563	0,660	0,071
Minas Gerais	Vespasiano	Muito Alta	21	0,501	0,432	0,662	0,461	0,678	0,280
Pernambuco	Caruaru	Alta	22	0,499	0,483	0,682	0,523	0,681	0,130
Espírito Santo	São Mateus	Alta	23	0,497	0,526	0,581	0,458	0,635	0,285
Pernambuco	Garanhuns	Alta	24	0,496	0,245	0,937	0,516	0,695	0,093
Pará	Marabá	Alta	25	0,494	0,546	0,542	0,541	0,666	0,191
Ceará	Caucaia	Alta	26	0,494	0,504	0,643	0,551	0,661	0,119
Maranhão	Caxias	Alta	27	0,492	0,286	0,823	0,548	0,781	0,047
Tocantins	Araguaína	Alta	28	0,490	0,454	0,701	0,518	0,585	0,184
Espírito Santo	Linhares	Alta	29	0,490	0,394	0,66	0,527	0,644	0,238
Pará	Belém	Alta	30	0,489	0,521	0,331	0,448	0,542	0,618
Bahia	Jequié	Alta	31	0,489	0,555	0,632	0,511	0,678	0,069
Bahia	Lauro de Freitas	Alta	32	0,489	0,861	0,309	0,505	0,552	0,202
Pará	Castanhal	Alta	33	0,484	0,476	0,763	0,465	0,644	0,058
Amazonas	Manaus	Alta	34	0,481	0,414	0,684	0,466	0,511	0,314
Bahia	Simões Filho	Alta	35	0,479	0,824	0,332	0,540	0,603	0,096

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Goiás	Trindade	Alta	36	0,479	0,709	0,501	0,485	0,602	0,083
Sergipe	Lagarto	Alta	37	0,479	0,300	0,819	0,470	0,796	0,028
Maranhão	São Luís	Alta	38	0,479	0,550	0,416	0,510	0,534	0,392
Rio de Janeiro	Macaé	Alta	39	0,476	0,310	0,736	0,585	0,373	0,366
Goiás	Formosa	Alta	40	0,476	0,553	0,588	0,467	0,627	0,138
Mato Grosso	Várzea Grande	Alta	41	0,475	0,417	0,803	0,485	0,488	0,153
Bahia	Barreiras	Alta	42	0,474	0,377	0,718	0,563	0,626	0,100
Ceará	Fortaleza	Alta	43	0,471	0,612	0,427	0,453	0,583	0,281
Bahia	Porto Seguro	Alta	44	0,471	0,738	0,368	0,545	0,655	0,062
São Paulo	Cubatão	Alta	45	0,469	0,126	0,666	0,480	0,509	0,590
Rio de Janeiro	Itaboraí	Alta	46	0,467	0,341	0,731	0,572	0,607	0,099
Ceará	Maracanau	Alta	47	0,467	0,626	0,478	0,532	0,622	0,084
Bahia	Ilhéus	Alta	48	0,467	0,400	0,484	0,528	0,647	0,312
Ceará	Itapipoca	Alta	49	0,466	0,178	0,81	0,599	0,744	0,045
Minas Gerais	Governador Valadares	Alta	50	0,466	0,402	0,668	0,505	0,638	0,128
Pará	Tucuruí	Alta	51	0,466	0,212	0,583	0,520	0,675	0,387
Alagoas	Maceió	Alta	52	0,463	0,534	0,406	0,502	0,636	0,263
Ceará	Juazeiro do Norte	Alta	53	0,463	0,371	0,698	0,476	0,691	0,088
Ceará	Iguatu	Alta	54	0,459	0,306	0,663	0,580	0,742	0,049
Roraima	Boa Vista	Alta	55	0,457	0,201	0,78	0,625	0,511	0,189
Maranhão	Timon	Alta	56	0,457	0,331	0,572	0,481	0,724	0,216
Rio de Janeiro	Maricá	Alta	57	0,456	0,208	0,813	0,596	0,414	0,247
Rio de Janeiro	Magé	Alta	58	0,455	0,411	0,483	0,641	0,598	0,187
Rio de Janeiro	Campos dos Goytacazes	Alta	59	0,454	0,326	0,598	0,610	0,607	0,163
Pernambuco	Petrolina	Média	60	0,449	0,246	0,756	0,502	0,649	0,111
Bahia	Camaçari	Média	61	0,448	0,704	0,251	0,554	0,600	0,157
Minas Gerais	Betim	Média	62	0,446	0,460	0,551	0,423	0,565	0,226
Ceará	Sobral	Média	63	0,446	0,473	0,581	0,439	0,678	0,065
Minas Gerais	Sabará	Média	64	0,446	0,308	0,732	0,403	0,634	0,149
Pernambuco	Camaragibe	Média	65	0,445	0,400	0,52	0,509	0,639	0,186
Bahia	Salvador	Média	66	0,445	0,510	0,261	0,463	0,528	0,488
Paraná	Guarapuava	Média	67	0,443	0,258	0,725	0,496	0,636	0,119
Espírito Santo	Guarapari	Média	68	0,443	0,288	0,586	0,472	0,611	0,282
Minas Gerais	Teófilo Otoni	Média	69	0,441	0,209	0,741	0,509	0,687	0,090
Piauí	Teresina	Média	70	0,440	0,370	0,538	0,404	0,587	0,313

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Pernambuco	Olinda	Média	71	0,440	0,464	0,325	0,491	0,560	0,394
Espírito Santo	Serra	Média	72	0,439	0,581	0,365	0,471	0,570	0,218
Rio de Janeiro	Nova Iguaçu	Média	73	0,438	0,439	0,491	0,618	0,550	0,124
Espírito Santo	Cachoeiro de Itapemirim	Média	74	0,438	0,174	0,735	0,469	0,589	0,243
Paraíba	João Pessoa	Média	75	0,438	0,539	0,376	0,416	0,538	0,326
Goiás	Novo Gama	Média	76	0,434	0,642	0,318	0,495	0,628	0,108
Rio Grande do Norte	Mossoró	Média	77	0,434	0,528	0,433	0,467	0,637	0,123
Rio de Janeiro	Rio das Ostras	Média	78	0,434	0,473	0,545	0,544	0,363	0,229
Bahia	Itabuna	Média	79	0,431	0,522	0,436	0,516	0,614	0,089
Pará	Paragominas	Média	80	0,431	0,364	0,534	0,541	0,718	0,041
Pernambuco	Vitória de Santo Antão	Média	81	0,430	0,329	0,509	0,573	0,737	0,061
Bahia	Feira de Santana	Média	82	0,430	0,476	0,516	0,459	0,614	0,093
Minas Gerais	Santa Luzia	Média	83	0,429	0,413	0,484	0,454	0,642	0,177
Ceará	Maranguape	Média	84	0,429	0,322	0,525	0,558	0,683	0,106
Paraíba	Santa Rita	Média	85	0,428	0,639	0,244	0,535	0,684	0,078
Rio Grande do Sul	Alvorada	Média	86	0,427	0,593	0,386	0,505	0,568	0,095
Rondônia	Ariquemes	Média	87	0,427	0,367	0,538	0,501	0,654	0,106
Bahia	Alagoinhas	Média	88	0,427	0,566	0,398	0,487	0,607	0,090
Rio de Janeiro	São João de Meriti	Média	89	0,426	0,423	0,387	0,600	0,543	0,221
Bahia	Vitória da Conquista	Média	90	0,422	0,493	0,438	0,472	0,670	0,065
Pará	Abaetetuba	Média	91	0,420	0,295	0,531	0,534	0,751	0,048
Paraíba	Patos	Média	92	0,420	0,454	0,37	0,556	0,657	0,112
Mato Grosso	Rondonópolis	Média	93	0,420	0,286	0,814	0,433	0,394	0,139
Goiás	Aparecida de Goiânia	Média	94	0,420	0,552	0,523	0,403	0,491	0,107
Paraná	Piraquara	Média	95	0,420	0,555	0,412	0,523	0,535	0,084
Rio Grande do Norte	Natal	Média	96	0,419	0,540	0,321	0,449	0,565	0,240
Minas Gerais	Coronel Fabriciano	Média	97	0,419	0,388	0,357	0,476	0,591	0,322
Rio Grande do Sul	Viamão	Média	98	0,419	0,537	0,42	0,479	0,539	0,125
Maranhão	Açailândia	Média	99	0,418	0,227	0,627	0,537	0,708	0,040
Paraná	Foz do Iguaçu	Média	100	0,416	0,367	0,58	0,454	0,515	0,168
São Paulo	Guaratinguetá	Média	101	0,416	0,095	0,93	0,481	0,366	0,185
Pernambuco	Recife	Média	102	0,415	0,365	0,329	0,459	0,558	0,406
Rio de Janeiro	Belford Roxo	Média	103	0,415	0,475	0,29	0,624	0,576	0,164
Maranhão	Codó	Média	104	0,414	0,155	0,547	0,606	0,825	0,030

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
São Paulo	Guarujá	Média	105	0,414	0,106	0,494	0,546	0,516	0,467
São Paulo	Itapeperica da Serra	Média	106	0,414	0,135	0,738	0,555	0,554	0,118
Pernambuco	Santa Cruz do Capibaribe	Média	107	0,413	0,372	0,392	0,581	0,756	0,035
Rondônia	Porto Velho	Média	108	0,412	0,266	0,518	0,472	0,571	0,268
Paraná	Araucária	Média	109	0,412	0,323	0,826	0,405	0,324	0,129
Pará	São Félix do Xingu	Média	110	0,412	0,139	0,517	0,772	0,727	0,010
Paraíba	Campina Grande	Média	111	0,411	0,342	0,476	0,450	0,594	0,224
Santa Catarina	Lages	Média	112	0,411	0,104	0,868	0,446	0,491	0,142
Goiás	Valparaíso de Goiás	Média	113	0,410	0,563	0,379	0,417	0,529	0,163
Mato Grosso	Sinop	Média	114	0,410	0,386	0,76	0,393	0,335	0,124
Rio de Janeiro	Teresópolis	Média	115	0,409	0,039	0,564	0,601	0,539	0,371
Goiás	Águas Lindas de Goiás	Média	116	0,409	0,430	0,443	0,516	0,628	0,063
Maranhão	Imperatriz	Média	117	0,409	0,363	0,549	0,453	0,611	0,087
Minas Gerais	Ribeirão das Neves	Média	118	0,407	0,305	0,521	0,460	0,684	0,107
Piauí	Parnaíba	Média	119	0,406	0,070	0,738	0,496	0,681	0,093
Minas Gerais	Ibirité	Média	120	0,406	0,204	0,574	0,453	0,665	0,177
Tocantins	Palmas	Média	121	0,406	0,259	0,714	0,460	0,378	0,201
Rio de Janeiro	Mesquita	Média	122	0,406	0,458	0,392	0,542	0,515	0,147
Rio de Janeiro	Nilópolis	Média	123	0,406	0,487	0,407	0,552	0,392	0,195
Maranhão	Paço do Lumiar	Média	124	0,404	0,421	0,273	0,560	0,536	0,282
Pará	Santarém	Média	125	0,404	0,195	0,495	0,518	0,640	0,229
Amapá	Macapá	Média	126	0,403	0,307	0,381	0,523	0,550	0,300
Sergipe	Aracaju	Média	127	0,402	0,471	0,338	0,388	0,573	0,258
Rio de Janeiro	Niterói	Média	128	0,399	0,319	0,513	0,468	0,229	0,449
Paraná	Almirante Tamandaré	Média	129	0,398	0,537	0,365	0,462	0,472	0,156
Espírito Santo	Cariacica	Média	130	0,397	0,466	0,281	0,493	0,611	0,177
Goiás	Anápolis	Média	131	0,397	0,337	0,618	0,410	0,469	0,140
Ceará	Crato	Média	132	0,396	0,262	0,538	0,470	0,667	0,086
Mato Grosso	Cuiabá	Média	133	0,395	0,296	0,62	0,434	0,308	0,295
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	Média	134	0,395	0,227	0,457	0,544	0,350	0,422
Paraná	Paranaguá	Média	135	0,394	0,253	0,498	0,473	0,528	0,249
Goiás	Senador Canedo	Média	136	0,392	0,598	0,224	0,464	0,614	0,093
Maranhão	Bacabal	Média	137	0,392	0,271	0,383	0,595	0,742	0,053
Rio de Janeiro	Duque de Caxias	Média	138	0,391	0,315	0,334	0,647	0,557	0,173

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Paraná	Colombo	Média	139	0,391	0,407	0,569	0,429	0,415	0,120
Paraná	Campo Largo	Média	140	0,390	0,412	0,522	0,435	0,438	0,132
Minas Gerais	Montes Claros	Média	141	0,387	0,198	0,513	0,473	0,601	0,195
Rondônia	Ji-Paraná	Média	142	0,387	0,145	0,615	0,463	0,636	0,117
Espírito Santo	Colatina	Média	143	0,386	0,131	0,689	0,437	0,558	0,136
São Paulo	Itaquaquecetuba	Média	144	0,383	0,171	0,486	0,540	0,594	0,184
Goiás	Rio Verde	Média	145	0,383	0,253	0,626	0,442	0,483	0,116
Rio de Janeiro	São Gonçalo	Média	146	0,382	0,378	0,384	0,589	0,446	0,150
Rio Grande do Sul	Pelotas	Média	147	0,378	0,279	0,484	0,435	0,570	0,150
São Paulo	Caraguatatuba	Média	148	0,377	0,430	0,335	0,526	0,473	0,148
São Paulo	Embu das Artes	Média	149	0,375	0,150	0,483	0,481	0,565	0,247
Espírito Santo	Vila Velha	Média	150	0,374	0,389	0,38	0,401	0,361	0,338
Minas Gerais	Contagem	Média	151	0,374	0,389	0,434	0,386	0,442	0,221
Rio Grande do Sul	São Leopoldo	Média	152	0,373	0,398	0,384	0,467	0,466	0,169
Pernambuco	Paulista	Média	153	0,371	0,331	0,268	0,477	0,539	0,291
São Paulo	Diadema	Média	154	0,370	0,144	0,478	0,455	0,444	0,365
São Paulo	Itapetininga	Média - Baixa	155	0,368	0,051	0,651	0,562	0,477	0,141
São Paulo	Itapevi	Média - Baixa	156	0,368	0,121	0,515	0,545	0,595	0,125
Paraná	Cambé	Média - Baixa	157	0,366	0,219	0,725	0,420	0,342	0,100
Rio Grande do Sul	Rio Grande	Média - Baixa	158	0,364	0,230	0,469	0,473	0,521	0,162
Minas Gerais	Ituiutaba	Média - Baixa	159	0,363	0,090	0,744	0,453	0,453	0,082
Acre	Rio Branco	Média - Baixa	160	0,362	0,226	0,388	0,433	0,574	0,238
Rio Grande do Sul	Novo Hamburgo	Média - Baixa	161	0,362	0,306	0,45	0,426	0,430	0,210
São Paulo	São Vicente	Média - Baixa	162	0,361	0,101	0,425	0,524	0,393	0,413
Minas Gerais	Itabira	Média - Baixa	163	0,359	0,240	0,455	0,421	0,570	0,146
Pernambuco	São Lourenço da Mata	Média - Baixa	164	0,359	0,358	0,108	0,512	0,688	0,218
Minas Gerais	Ubá	Média - Baixa	165	0,358	0,328	0,418	0,440	0,556	0,077
Rio de Janeiro	Petrópolis	Média - Baixa	166	0,357	0,040	0,593	0,503	0,490	0,202
São Paulo	Guarulhos	Média - Baixa	167	0,355	0,133	0,446	0,448	0,470	0,318
São Paulo	Taboão da Serra	Média - Baixa	168	0,354	0,179	0,53	0,421	0,392	0,258
Pará	Barcarena	Média - Baixa	169	0,353	0,340	0,284	0,486	0,624	0,090
Rio Grande do Norte	Parnamirim	Média - Baixa	170	0,352	0,450	0,191	0,437	0,566	0,164
Goiás	Itumbiara	Média - Baixa	171	0,351	0,409	0,392	0,437	0,410	0,114
Pará	Bragança	Média - Baixa	172	0,350	0,266	0,245	0,526	0,770	0,041

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
São Paulo	Osasco	Média - Baixa	173	0,347	0,168	0,508	0,413	0,398	0,267
Pará	Cametá	Média - Baixa	174	0,345	0,040	0,419	0,514	0,769	0,086
Bahia	Santo Antônio de Jesus	Média - Baixa	175	0,345	0,350	0,235	0,492	0,646	0,069
Paraná	Apucarana	Média - Baixa	176	0,344	0,077	0,766	0,404	0,336	0,123
Amapá	Santana	Média - Baixa	177	0,344	0,237	0,148	0,530	0,612	0,286
Goiás	Goiânia	Média - Baixa	178	0,343	0,398	0,476	0,354	0,254	0,201
Mato Grosso do Sul	Dourados	Média - Baixa	179	0,343	0,239	0,553	0,387	0,391	0,144
São Paulo	Barueri	Média - Baixa	180	0,341	0,088	0,627	0,398	0,446	0,164
Minas Gerais	Muriae	Média - Baixa	181	0,340	0,206	0,431	0,450	0,582	0,080
Paraná	Pinhais	Média - Baixa	182	0,340	0,261	0,547	0,406	0,348	0,129
Rio Grande do Sul	Sapucaia do Sul	Média - Baixa	183	0,339	0,312	0,424	0,398	0,465	0,113
Rio Grande do Sul	Passo Fundo	Média - Baixa	184	0,338	0,174	0,582	0,397	0,342	0,192
São Paulo	Francisco Morato	Média - Baixa	185	0,337	0,055	0,44	0,509	0,621	0,141
São Paulo	Hortolândia	Média - Baixa	186	0,337	0,081	0,625	0,465	0,403	0,130
São Paulo	Suzano	Média - Baixa	187	0,335	0,085	0,437	0,496	0,550	0,173
Rio Grande do Sul	Santa Maria	Média - Baixa	188	0,335	0,143	0,535	0,449	0,376	0,188
Minas Gerais	Sete Lagoas	Média - Baixa	189	0,333	0,268	0,383	0,427	0,511	0,114
Rio de Janeiro	Nova Friburgo	Média - Baixa	190	0,333	0,116	0,605	0,481	0,365	0,114
Rio Grande do Sul	Porto Alegre	Média - Baixa	191	0,333	0,405	0,201	0,447	0,263	0,361
São Paulo	Praia Grande	Média - Baixa	192	0,332	0,124	0,444	0,518	0,427	0,196
São Paulo	Mogi das Cruzes	Média - Baixa	193	0,332	0,140	0,482	0,460	0,425	0,183
São Paulo	Mauá	Média - Baixa	194	0,331	0,061	0,408	0,495	0,411	0,335
Paraná	Cascavel	Média - Baixa	195	0,331	0,227	0,566	0,388	0,306	0,156
Minas Gerais	Patos de Minas	Média - Baixa	196	0,331	0,110	0,63	0,385	0,429	0,110
Paraná	Toledo	Média - Baixa	197	0,328	0,164	0,681	0,306	0,321	0,139
Rio de Janeiro	Barra Mansa	Média - Baixa	198	0,327	0,180	0,327	0,534	0,505	0,156
Rio Grande do Sul	Uruguaiana	Média - Baixa	199	0,327	0,161	0,307	0,518	0,600	0,130
São Paulo	Ribeirão Pires	Média - Baixa	200	0,325	0,047	0,586	0,481	0,336	0,198
São Paulo	Taubaté	Média - Baixa	201	0,323	0,144	0,559	0,424	0,291	0,200
Amazonas	Parintins	Média - Baixa	202	0,321	0,052	0,295	0,577	0,605	0,183
São Paulo	Pindamonhangaba	Média - Baixa	203	0,320	0,200	0,331	0,504	0,423	0,189
Rio de Janeiro	Volta Redonda	Média - Baixa	204	0,319	0,101	0,42	0,475	0,330	0,305
Minas Gerais	Passos	Média - Baixa	205	0,318	0,084	0,511	0,462	0,479	0,099
São Paulo	São Paulo	Média - Baixa	206	0,318	0,117	0,431	0,422	0,360	0,290

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Paraná	Ponta Grossa	Média - Baixa	207	0,317	0,156	0,376	0,460	0,448	0,194
São Paulo	Jacareí	Média - Baixa	208	0,317	0,128	0,429	0,470	0,378	0,218
Santa Catarina	Chapecó	Média - Baixa	209	0,317	0,177	0,673	0,313	0,243	0,143
São Paulo	Catanduva	Média - Baixa	210	0,315	0,040	0,742	0,395	0,235	0,146
São Paulo	Cotia	Média - Baixa	211	0,315	0,114	0,529	0,403	0,388	0,161
Minas Gerais	Araguari	Média - Baixa	212	0,314	0,196	0,455	0,444	0,402	0,098
Mato Grosso do Sul	Corumbá	Média - Baixa	213	0,312	0,129	0,255	0,466	0,621	0,175
São Paulo	Ferraz de Vasconcelos	Média - Baixa	214	0,310	0,079	0,309	0,476	0,578	0,189
Rio Grande do Sul	Canoas	Média - Baixa	215	0,309	0,313	0,287	0,415	0,383	0,171
São Paulo	Tatuí	Média - Baixa	216	0,307	0,075	0,485	0,479	0,416	0,122
Rio de Janeiro	Resende	Média - Baixa	217	0,305	0,213	0,312	0,494	0,386	0,165
São Paulo	Votorantim	Média - Baixa	218	0,304	0,045	0,524	0,471	0,327	0,180
Minas Gerais	Varginha	Média - Baixa	219	0,303	0,070	0,572	0,382	0,379	0,130
Paraná	Arapongas	Média - Baixa	220	0,303	0,110	0,591	0,405	0,292	0,117
São Paulo	Carapicuíba	Média - Baixa	221	0,302	0,129	0,26	0,472	0,520	0,204
Minas Gerais	Juiz de Fora	Média - Baixa	222	0,302	0,205	0,386	0,374	0,405	0,161
Minas Gerais	Belo Horizonte	Média - Baixa	223	0,300	0,217	0,31	0,361	0,320	0,313
São Paulo	Bragança Paulista	Baixa	224	0,300	0,018	0,583	0,440	0,325	0,155
Minas Gerais	Ipatinga	Baixa	225	0,300	0,223	0,271	0,425	0,457	0,171
Rio Grande do Sul	Gravataí	Baixa	226	0,299	0,275	0,229	0,445	0,468	0,129
Minas Gerais	Barbacena	Baixa	227	0,298	0,062	0,279	0,468	0,652	0,125
Paraná	Umuarama	Baixa	228	0,296	0,073	0,561	0,362	0,359	0,139
Santa Catarina	Joinville	Baixa	229	0,296	0,158	0,622	0,312	0,153	0,195
Paraná	Londrina	Baixa	230	0,295	0,207	0,425	0,392	0,276	0,181
São Paulo	Franco da Rocha	Baixa	231	0,294	0,071	0,239	0,530	0,550	0,175
Paraná	São José dos Pinhais	Baixa	232	0,294	0,363	0,288	0,387	0,288	0,146
Rio Grande do Sul	Bento Gonçalves	Baixa	233	0,290	0,156	0,484	0,365	0,226	0,213
Rio Grande do Sul	Cachoeirinha	Baixa	234	0,288	0,345	0,207	0,419	0,338	0,157
Distrito Federal	Brasília	Baixa	235	0,288	0,191	0,314	0,319	0,327	0,308
Espírito Santo	Vitória	Baixa	236	0,287	0,219	0,256	0,349	0,295	0,337
São Paulo	Campinas	Baixa	237	0,285	0,096	0,343	0,419	0,289	0,314
São Paulo	Atibaia	Baixa	238	0,285	0,062	0,455	0,443	0,367	0,135
São Paulo	São Bernardo do Campo	Baixa	239	0,284	0,079	0,311	0,401	0,277	0,390
São Paulo	Poá	Baixa	240	0,283	0,106	0,265	0,452	0,468	0,190

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Santa Catarina	Palhoça	Baixa	241	0,282	0,110	0,53	0,371	0,232	0,164
Santa Catarina	Brusque	Baixa	242	0,282	0,036	0,732	0,299	0,188	0,120
Rio Grande do Sul	Erechim	Baixa	243	0,281	0,153	0,411	0,396	0,315	0,150
São Paulo	Ourinhos	Baixa	244	0,281	0,050	0,409	0,461	0,384	0,147
São Paulo	Sumaré	Baixa	245	0,278	0,078	0,391	0,425	0,373	0,164
Santa Catarina	Itajaí	Baixa	246	0,278	0,165	0,48	0,363	0,212	0,162
Minas Gerais	Divinópolis	Baixa	247	0,276	0,151	0,411	0,373	0,353	0,114
Mato Grosso do Sul	Campo Grande	Baixa	248	0,276	0,136	0,405	0,368	0,299	0,187
São Paulo	Sorocaba	Baixa	249	0,275	0,086	0,426	0,433	0,270	0,185
Minas Gerais	Uberlândia	Baixa	250	0,275	0,157	0,441	0,338	0,315	0,131
Mato Grosso do Sul	Três Lagoas	Baixa	251	0,274	0,116	0,396	0,387	0,354	0,147
São Paulo	Barretos	Baixa	252	0,274	0,067	0,424	0,462	0,289	0,158
São Paulo	Piracicaba	Baixa	253	0,272	0,104	0,396	0,416	0,279	0,191
Paraná	Curitiba	Baixa	254	0,272	0,239	0,283	0,344	0,165	0,326
Minas Gerais	Conselheiro Lafaiete	Baixa	255	0,267	0,022	0,376	0,391	0,471	0,132
Rio Grande do Sul	Bagé	Baixa	256	0,265	0,084	0,101	0,509	0,615	0,132
São Paulo	São Carlos	Baixa	257	0,264	0,078	0,452	0,397	0,202	0,200
Minas Gerais	Lavras	Baixa	258	0,264	0,062	0,375	0,371	0,414	0,141
São Paulo	Franca	Baixa	259	0,263	0,036	0,457	0,412	0,291	0,146
Santa Catarina	Blumenau	Baixa	260	0,263	0,046	0,598	0,297	0,129	0,217
São Paulo	Botucatu	Baixa	261	0,263	0,031	0,356	0,440	0,343	0,193
Santa Catarina	Criciúma	Baixa	262	0,259	0,193	0,381	0,360	0,213	0,148
São Paulo	Jandira	Baixa	263	0,259	0,106	0,239	0,438	0,412	0,163
Paraná	Maringá	Baixa	264	0,259	0,054	0,531	0,339	0,148	0,209
Santa Catarina	Florianópolis	Baixa	265	0,258	0,119	0,383	0,324	0,125	0,333
Santa Catarina	São José	Baixa	266	0,258	0,096	0,536	0,285	0,138	0,208
São Paulo	São José dos Campos	Baixa	267	0,257	0,096	0,325	0,422	0,269	0,209
São Paulo	Santo André	Baixa	268	0,257	0,074	0,307	0,361	0,246	0,326
São Paulo	Várzea Paulista	Baixa	269	0,257	0,074	0,255	0,477	0,418	0,133
São Paulo	Araraquara	Baixa	270	0,256	0,046	0,447	0,391	0,223	0,186
São Paulo	Marília	Baixa	271	0,255	0,028	0,353	0,438	0,296	0,205
São Paulo	Araras	Baixa	272	0,254	0,067	0,355	0,445	0,289	0,151
Minas Gerais	Uberaba	Baixa	273	0,253	0,189	0,285	0,362	0,331	0,126

**TABELA 7: ÍNDICE DE VULNERABILIDADE JUVENIL À VIOLÊNCIA 2017 –
RANKING DOS MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100.000 HABITANTES, ANO BASE 2015**

Unidade da Federação	Município	Vulnerabilidade	Ranking	Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência (IVJ-V) 2015	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
São Paulo	Jundiá	Baixa	274	0,252	0,025	0,46	0,369	0,183	0,232
Minas Gerais	Araxá	Baixa	275	0,252	0,032	0,418	0,406	0,316	0,123
São Paulo	Santos	Baixa	276	0,250	0,094	0,273	0,407	0,170	0,334
São Paulo	Salto	Baixa	277	0,250	0,046	0,396	0,416	0,274	0,148
São Paulo	Araçatuba	Baixa	278	0,249	0,151	0,298	0,390	0,285	0,149
São Paulo	Bauru	Baixa	279	0,249	0,051	0,346	0,418	0,268	0,197
Santa Catarina	Tubarão	Baixa	280	0,248	0,094	0,443	0,328	0,183	0,188
Minas Gerais	Pouso Alegre	Baixa	281	0,247	0,029	0,392	0,362	0,360	0,129
São Paulo	Rio Claro	Baixa	282	0,246	0,071	0,392	0,381	0,231	0,176
Santa Catarina	Jaraguá do Sul	Baixa	283	0,245	0,016	0,613	0,288	0,116	0,162
Santa Catarina	Balneário Camboriú	Baixa	284	0,244	0,092	0,428	0,363	0,097	0,232
São Paulo	Birigui	Baixa	285	0,244	0,058	0,459	0,335	0,242	0,130
Rio Grande do Sul	Caxias do Sul	Baixa	286	0,243	0,149	0,269	0,369	0,224	0,226
São Paulo	Americana	Baixa	287	0,240	0,021	0,477	0,373	0,176	0,161
São Paulo	Ribeirão Preto	Baixa	288	0,235	0,075	0,323	0,383	0,208	0,210
São Paulo	Santa Bárbara d'Oeste	Baixa	289	0,234	0,071	0,362	0,404	0,236	0,123
São Paulo	Itu	Baixa	290	0,232	0,077	0,218	0,440	0,324	0,161
São Paulo	Presidente Prudente	Baixa	291	0,227	0,045	0,297	0,394	0,255	0,181
São Paulo	São José do Rio Preto	Baixa	292	0,224	0,024	0,362	0,389	0,201	0,167
São Paulo	Santana de Parnaíba	Baixa	293	0,221	0,014	0,136	0,393	0,410	0,234
São Paulo	Assis	Baixa	294	0,220	0,027	0,216	0,458	0,269	0,191
Rio Grande do Sul	Santa Cruz do Sul	Baixa	295	0,217	0,135	0,156	0,346	0,342	0,156
São Paulo	Limeira	Baixa	296	0,215	0,064	0,209	0,396	0,327	0,135
São Paulo	Valinhos	Baixa	297	0,208	0,014	0,387	0,298	0,153	0,193
São Paulo	Jaú	Baixa	298	0,207	0,039	0,238	0,419	0,258	0,130
São Paulo	Sertãozinho	Baixa	299	0,206	0,066	0,206	0,390	0,314	0,107
Minas Gerais	Poços de Caldas	Baixa	300	0,204	0,050	0,191	0,387	0,331	0,121
São Paulo	Mogi Guaçu	Baixa	301	0,204	0,041	0,16	0,452	0,306	0,127
São Paulo	Indaíatuba	Baixa	302	0,203	0,048	0,267	0,369	0,192	0,171
São Paulo	Itatiba	Baixa	303	0,201	0,067	0,214	0,373	0,254	0,140
São Paulo	São Caetano do Sul	Baixa	304	0,154	0,061	0,094	0,290	0,088	0,262

Fonte: IVJ – Violência 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Uma fatia de 17,4% dos jovens do estudo reside em municípios com alta ou muito alta vulnerabilidade. Esses jovens estão distribuídos em 59 dos 304 municípios com mais de 100 mil habitantes. Se considerarmos a situação mais grave, ou seja, os municípios de vulnerabilidade muito alta, teremos 21 localidades. Esses dados mostram que a vulnerabilidade de jovens está bastante concentrada no país e que pode ser enfrentada com uma política de foco territorial.

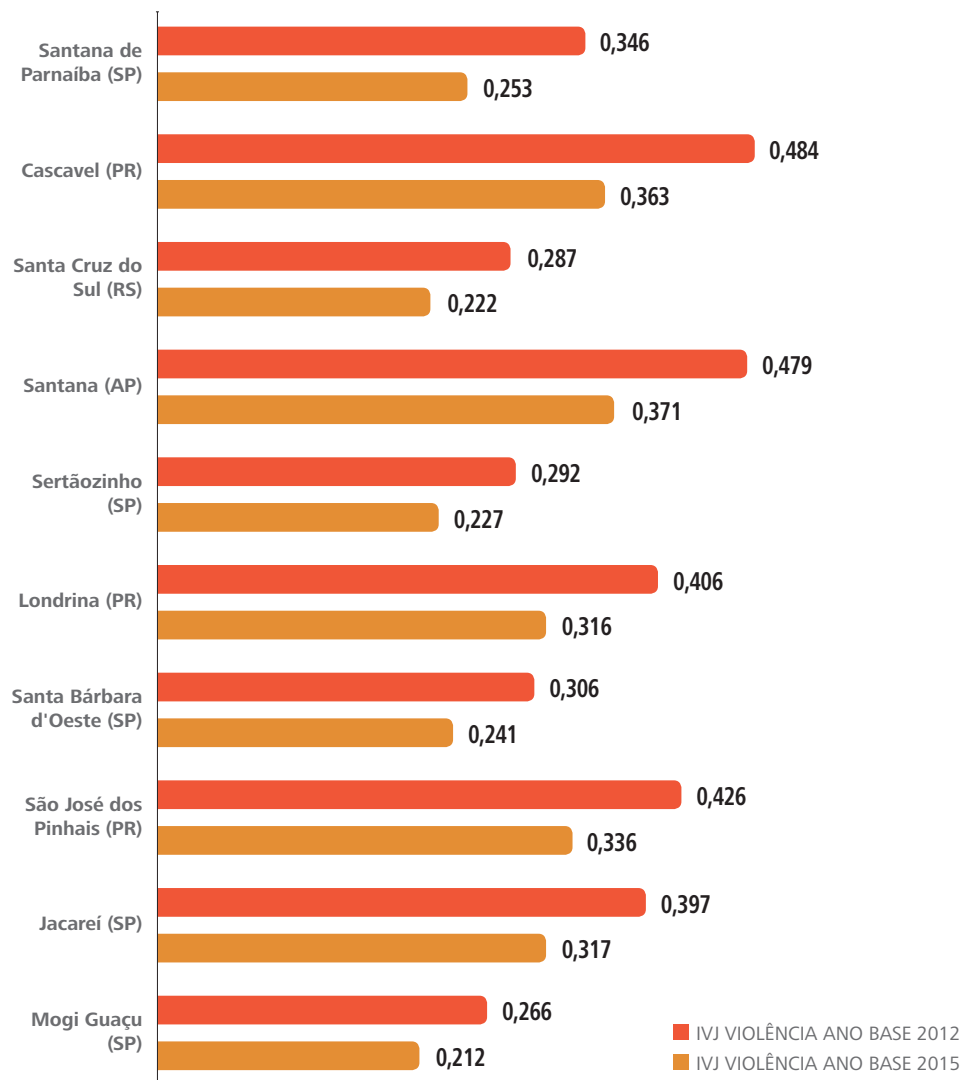
A concentração geográfica também é visível no âmbito das regiões: as regiões Nordeste e Norte e têm as maiores proporções de municípios entre as duas faixas de mais alta vulnerabilidade (46,8% e 42,3%, respectivamente). Dez dos 21 municípios com mais alta vulnerabilidade estão na região Nordeste.

6.1 ANÁLISE DA SÉRIE HISTÓRICA COM DADOS DE 12 A 29 ANOS

Apenas para efeitos de comparação, o IVJ Violência 2017 para todos os municípios com mais de 100 mil habitantes em 2015 foi recalculado considerando a faixa etária de 12 a 29 anos. Este exercício permitiu observar a evolução do índice com relação a edição de 2014 (Ano Base 2012). Optou-se por ordenar os dez municípios com as melhoras mais acentuadas e os dez municípios com as piores mais acentuadas no índice.

Os dez municípios com maior diminuição da vulnerabilidade juvenil à violência entre os anos de 2012 e 2015 foram Santana de Parnaíba (SP), Cascavel (PR), Santa Cruz do Sul (RS), Santana (AP), Sertãozinho (SP), Londrina (PR), Santa Bárbara d'Oeste (SP), São José dos Pinhais (PR), Jacaréí (SP) e Mogi Guaçu (SP).

GRÁFICO 15: DEZ MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES QUE EXPRESSARAM MELHORAS MAIS ACENTUADAS NO IVJ – VIOLÊNCIA ENTRE 2012-2015 (FAIXA ETÁRIA PADRONIZADA ENTRE 12 E 29 ANOS PARA EFEITO DE COMPARAÇÃO)



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, Ano base 2012; IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Dentro da faixa etária recalculada, o município com maior melhora no IVJ-Violência entre os anos base de 2012 e 2015 foi Santana de Parnaíba, em São Paulo, com uma queda de 26,9% no índice, saindo do grau de vulnerabilidade Médio-Baixo para Baixo. Além disso, dois municípios (Cascavel, no Paraná, e Santana, no Amapá) saíram do grupo de Alta Vulnerabilidade para os grupos de Média-Baixa e Baixa Vulnerabilidade, respectivamente.

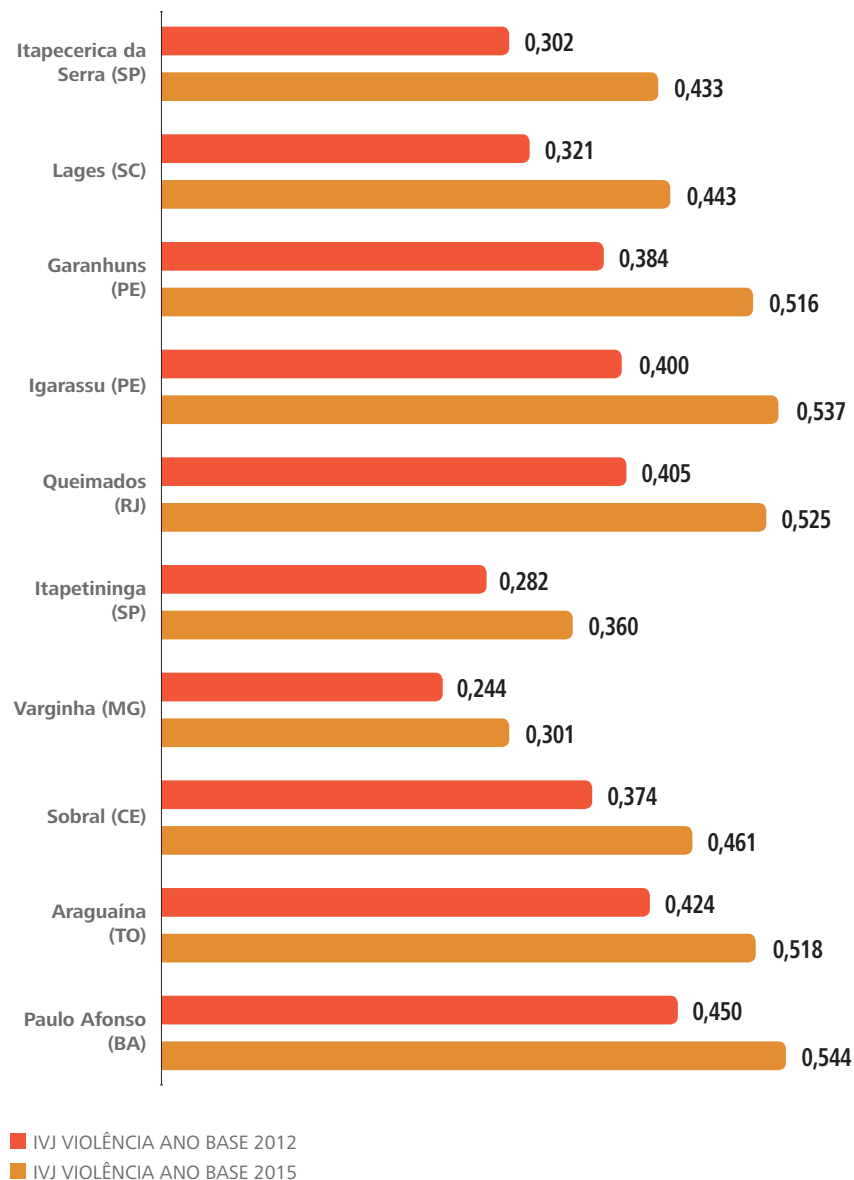
A tabela a seguir decompõe os indicadores do IVJ para os anos base 2015 e 2012. Nos dez municípios com as maiores melhoras no índice, as maiores variações entre os dois anos se apresentaram no indicador de mortalidade por homicídio e no indicador de mortalidade por acidentes de trânsito.

TABELA 8: DEZ MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES QUE EXPRESSARAM MELHORAS MAIS ACENTUADAS NO IVJ – VIOLÊNCIA ENTRE 2012-2015

Município	Ano base	Posição no ranking	Grupo de Vulnerabilidade	IVJ Violência	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Santana de Parnaíba (SP)	2015	286	Baixa	0,253	0,019	0,165	0,379	0,562	0,234
	2012	188	Média - Baixa	0,346	0,102	0,486	0,382	0,597	0,213
	Variação (%)	-	-	-26,9	-81,4	-66,1	-0,8	-5,9	10,1
Cascavel (PR)	2015	174	Média - Baixa	0,363	0,252	0,515	0,386	0,521	0,156
	2012	46	Alta	0,484	0,651	0,629	0,407	0,560	0,134
	Variação (%)	-	-	-25,1	-61,2	-18,2	-5,2	-6,9	16,5
Santa Cruz do Sul (RS)	2015	299	Baixa	0,222	0,141	0,153	0,306	0,404	0,156
	2012	253	Baixa	0,287	0,116	0,311	0,349	0,593	0,129
	Variação (%)	-	-	-22,8	21,7	-50,8	-12,2	-31,9	20,6
Santana (AP)	2015	170	Média	0,371	0,276	0,160	0,490	0,741	0,286
	2012	56	Alta	0,479	0,452	0,374	0,594	0,743	0,294
	Variação (%)	-	-	-22,6	-38,9	-57,2	-17,6	-0,3	-2,7
Sertãozinho (SP)	2015	298	Baixa	0,227	0,066	0,193	0,375	0,464	0,107
	2012	246	Baixa	0,292	0,117	0,394	0,368	0,540	0,092
	Variação (%)	-	-	-22,4	-43,2	-51,0	1,9	-14,1	16,7
Londrina (PR)	2015	218	Média - Baixa	0,316	0,244	0,385	0,390	0,400	0,181
	2012	127	Média	0,406	0,388	0,534	0,416	0,540	0,157
	Variação (%)	-	-	-22,2	-37,0	-27,9	-6,2	-25,9	15,0
Santa Bárbara d'Oeste (SP)	2015	294	Baixa	0,241	0,075	0,295	0,385	0,375	0,123
	2012	238	Média - Baixa	0,306	0,127	0,469	0,368	0,491	0,107
	Variação (%)	-	-	-21,3	-41,2	-37,1	4,6	-23,7	14,9
São José dos Pinhais (PR)	2015	195	Média - Baixa	0,336	0,395	0,279	0,384	0,505	0,146
	2012	103	Média	0,426	0,586	0,471	0,386	0,547	0,126
	Variação (%)	-	-	-21,0	-32,6	-40,8	-0,5	-7,7	16,2
Jacareí (SP)	2015	220	Média - Baixa	0,315	0,138	0,359	0,452	0,462	0,218
	2012	135	Média	0,397	0,314	0,477	0,447	0,576	0,198
	Variação (%)	-	-	-20,6	-56,1	-24,8	1,1	-19,8	10,2
Mogi Guaçu (SP)	2015	302	Baixa	0,212	0,041	0,120	0,434	0,425	0,127
	2012	271	Baixa	0,266	0,036	0,304	0,423	0,535	0,110
	Variação (%)	-	-	-20,3	13,5	-60,5	2,6	-20,5	15,6

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, Ano base 2012; IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 16: DEZ MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES QUE EXPRESSARAM PIORAS MAIS ACENTUADAS NO IVJ – VIOLÊNCIA ENTRE 2012-2015 (FAIXA ETÁRIA PADRONIZADA ENTRE 12 E 29 ANOS PARA EFEITO DE COMPARAÇÃO)



Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, Ano base 2012; IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Em sentido inverso, os municípios que apresentaram os aumentos mais acentuados no IVJ foram Itapecerica da Serra (SP), Lages (SC), Garanhuns (PE), Igarassu (PE), Queimados (RJ), Itapetininga (SP), Varginha (MG), Sobral (CE), Araguaína (TO) e Paulo Afonso (BA). A distribuição destes municípios entre 8 estados e 4 regiões do país – 4 na região Sudeste, 4 na região Nordeste, um na região Sul e um na região Norte – destaca a importância de medidas para a juventude serem prioridade nacional, não obstante os piores índices concentrarem-se no Norte e no Nordeste

O município que apresentou a maior piora no IVJ foi Itapecerica da Serra, também em São Paulo. O índice teve um aumento de 43,2% no município. Como é possível observar na tabela abaixo, o indicador que mais variou no município foi o de mortalidade por acidentes de trânsito, assim como em mais oito dos dez municípios com pioras mais acentuadas no IVJ. A única exceção é Queimados (RJ), cujo indicador com maior aumento entre os anos base de 2012 e 2015 foi o de mortalidade por homicídio.

Seja como for, a tabulação especial para permitir a comparação reforça um argumento fundamental para a maior efetividade das políticas públicas no Brasil, ou seja, a edição 2017 do Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência reforça que a questão da violência letal tem foco racial, de gênero e é territorialmente concentrada, com destaque para o Nordeste brasileiro. Todavia, por esta comparação, nenhuma Unidade da Federação pode desconsiderar o problema no rol de suas preocupações. O problema é nacional e deve ser assim considerado por todas as autoridades públicas. Medidas focalizadas, fruto de planejamento criterioso, com base em evidências e diagnóstico robustos, devem guiar gestores públicos para que tenhamos a capacidade de incidir sobre a tragédia brasileira da segurança pública e que acomete, preferencialmente, os jovens. Sem focalização, as medidas tendem a perder impacto e não contribuirão para a transformação da realidade.

TABELA 9: DEZ MUNICÍPIOS COM MAIS DE 100 MIL HABITANTES QUE EXPRESSARAM PIORAS MAIS ACENTUADAS NO IVJ – VIOLÊNCIA ENTRE 2012-2015

Município	Ano base	Posição no ranking	Grupo de Vulnerabilidade	IVJ Violência	Indicador de mortalidade por homicídio	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito	Indicador de frequência à escola e situação de emprego	Indicador de pobreza	Indicador de desigualdade
Itapecerica da Serra (SP)	2015	105	Média	0,433	0,151	0,704	0,536	0,703	0,118
	2012	239	Média - Baixa	0,302	0,149	0,146	0,543	0,686	0,103
	Variação (%)	-	-	43,2	1,3	381,9	-1,3	2,4	14,2
Lages (SC)	2015	91	Média	0,443	0,119	0,972	0,438	0,528	0,142
	2012	216	Média - Baixa	0,321	0,123	0,293	0,497	0,668	0,117
	Variação (%)	-	-	38,0	-3,2	231,8	-11,9	-20,9	21,5
Garanhuns (PE)	2015	23	Muito Alta	0,516	0,264	0,942	0,512	0,778	0,093
	2012	144	Média	0,384	0,162	0,379	0,612	0,805	0,072
	Variação (%)	-	-	34,3	62,8	148,6	-16,3	-3,3	28,7
Igarassu (PE)	2015	13	Muito Alta	0,537	0,457	0,812	0,521	0,768	0,131
	2012	134	Média	0,400	0,395	0,192	0,614	0,794	0,110
	Variação (%)	-	-	34,3	15,6	323,0	-15,2	-3,3	18,7
Queimados (RJ)	2015	17	Muito Alta	0,525	0,754	0,536	0,492	0,694	0,135
	2012	128	Média	0,405	0,315	0,359	0,557	0,754	0,121
	Variação (%)	-	-	29,6	139,3	49,3	-11,6	-7,9	11,4
Itapetininga (SP)	2015	177	Média - Baixa	0,360	0,056	0,532	0,542	0,595	0,141
	2012	259	Baixa	0,282	0,026	0,205	0,536	0,639	0,123
	Variação (%)	-	-	27,5	114,8	159,7	1,1	-6,8	14,7
Varginha (MG)	2015	240	Média - Baixa	0,301	0,070	0,499	0,359	0,484	0,130
	2012	282	Baixa	0,244	0,047	0,186	0,366	0,591	0,122
	Variação (%)	-	-	23,5	48,5	168,2	-2,0	-18,1	6,8
Sobral (CE)	2015	69	Alta	0,461	0,533	0,508	0,434	0,786	0,065
	2012	154	Média	0,374	0,314	0,293	0,488	0,803	0,059
	Variação (%)	-	-	23,2	69,8	73,3	-11,1	-2,2	10,0
Araguaina (TO)	2015	21	Muito Alta	0,518	0,515	0,776	0,369	0,723	0,184
	2012	107	Média	0,424	0,339	0,452	0,462	0,746	0,170
	Variação (%)	-	-	22,2	52,0	71,6	-20,2	-3,1	8,1
Paulo Afonso (BA)	2015	8	Muito Alta	0,544	0,605	0,740	0,545	0,754	0,073
	2012	82	Média	0,450	0,411	0,382	0,665	0,812	0,066
	Variação (%)	-	-	21,0	47,3	93,6	-18,1	-7,2	10,6

Fonte: IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2014, Ano base 2012; IVJ – Violência e Desigualdade Racial 2017, Ano base 2015; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

7. METODOLOGIA

O IVJ – Violência 2017 é composto por quatro dimensões: (1) violência entre os jovens (homicídios e acidentes de trânsito), (2) frequência à escola e situação de emprego, (3) pobreza no município e (4) desigualdade de renda. As variáveis utilizadas em cada dimensão estão expressas no quadro 2.

QUADRO 2: VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA COMPOR O IVJ – VIOLÊNCIA 2017, ANO BASE 2015

Dimensão	Variável	Ano	Fonte e abrangência
Violência entre os jovens (homicídios e acidentes de trânsito)	Indicador de homicídios na adolescência (15 a 18 anos) – IHA	2015	LAV/UERJ (abrangência municipal)
	Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1		
	Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito na adolescência (15 a 18 anos) – IAA		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 19 a 24 anos – IAJ1		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 25 a 29 anos – IAJ2		
Frequência à escola e situação de emprego	Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não frequentam escola – EMP1	2015	PNAD e Censo Demográfico 2010 (estimativas para municípios)
	Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não trabalham e não estudam – EMP2		
	Proporção de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) – EMP3		
Pobreza no município	Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio do salário mínimo – POB1	2015	PNAD e Censo Demográfico 2010 (estimativas para municípios)
	Proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo – POB2		
Desigualdade	Proporção de domicílios localizados em assentamentos precários (aglomerados subnormais) – DESI2	2015	PNAD e Censo Demográfico 2010 (estimativas para municípios)
	Proporção de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo – DESI1	2015	PNAD e Censo Demográfico 2010 (estimativas para municípios)

Ao estabelecer como segmento-alvo adolescentes e jovens, é necessário que as variáveis componentes do indicador expressem as diferentes situações de vulnerabilidade à violência que atingem esses grupos. Assim, enquanto entre jovens de 18 a 29 anos o desemprego ou formas precárias de inserção no mercado de trabalho podem contribuir para sua vulnerabilidade à violência, para adolescentes o mais importante é a condição de frequência à escola.

Para os indicadores provenientes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, foi realizada a estimação de indicadores municipais utilizando como fonte de informação auxiliar o Censo Demográfico 2010.

Este procedimento denomina-se *Structure Preserving Estimation – SPREE* e consiste na estimação das caselas de uma tabela cruzada inicialmente preenchida com dados de um levantamento censitário e cujas marginais são atualizadas periodicamente. No presente caso, os municípios representam as linhas da tabela e os indicadores de interesse constituem as colunas, sendo que para cada indicador é gerada uma tabela de dados.

Os indicadores municipais correspondem ao cruzamento entre linhas (municípios) e colunas (indicadores). A partir do Censo 2010 é possível obter os indicadores municipais para esse ano e, com as informações atualizadas para Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas, obtidas por meio da PNAD, é possível estimar os valores desses indicadores municipais para 2015².

A seguir apresenta-se um exemplo dessa metodologia para a estimação da distribuição da variável sexo em determinadas unidades territoriais – UT em dois momentos do tempo.

Sejam,

$N_{ia} \Rightarrow$ a contagem do último censo para UT i e a característica a (sexo por exemplo)

$M_{ia} \Rightarrow$ a contagem atual e desconhecida para a UT i e a característica a

Supõem-se conhecidas estimativas de qualidade para as marginais:

$$\hat{M}_i \equiv \sum_a M_{ia} \Rightarrow \text{correspondente ao total da população da UT } i$$

$$\hat{M}_a \equiv \sum_i M_{ia} \Rightarrow \text{correspondente ao total da característica } a \text{ em uma área maior (distrito)}$$

As tabelas podem ser representadas como:

Instante t				
UT	Sexo			
		H	M	
I	1	N1H	N1M	N1
	2	N2H	N2M	N2

	m	NmH	NmM	Nm
		NH	NM	N

Instante $t+1$				
UT	Sexo			
		H	M	
I	1	M1H	M1M	M1
	2	M2H	M2M	M2

	m	MmH	MmM	Mm
		MH	MM	M

Busca-se o estimador \tilde{M}_{ia} de forma a minimizar a medida de distância $D(N_{ia}, \tilde{M}_{ia})$ sujeito às restrições:

² RAO, JNK. Small Area Estimation. New Jersey: John Wiley & Sons, 2003.

$$\sum_a \tilde{M}_{ia} = \hat{M}_i$$

$$\sum_i \tilde{M}_{ia} = \hat{M}_a$$

O procedimento utilizado para encontrar os estimadores ótimos consiste em um algoritmo recursivo Interactive Proportional Fitting – IPF, uma vez que não existe uma fórmula fechada para encontrar tal estimador. O processo iterativo compreende duas etapas a cada passagem pelo processo. Na passagem K do processo tem-se:

$$\text{Etapa 1: } {}_1\tilde{M}_{ia}^{(K)} = \frac{\tilde{M}_{ia}^{(K-1)}}{\tilde{M}_a^{(K-1)}} * \hat{M}_a$$

$$\text{Etapa 2: } \tilde{M}_{ia}^{(K)} = \frac{{}_1\tilde{M}_{ia}^{(K)}}{{}_1\tilde{M}_i^{(K)}} * \hat{M}_i$$

Os valores iniciais, $\tilde{M}_{ia}^{(0)}$, são os valores do último censo N_{ia} que especificam a estrutura de associação inicial. Se todas as quantidades N_{ia} forem positivas, o método converge para obtenção de estimadores ótimos, dadas as restrições exigidas.

7.1 DETALHAMENTO DOS INDICADORES SINTÉTICOS SETORIAIS

O Índice de vulnerabilidade juvenil à violência é composto por uma média das quatro dimensões expressas por meio de indicadores sintéticos setoriais. Cada indicador setorial irá variar de 0 (zero) a 100 (cem), em que zero representa a situação de menor vulnerabilidade e, 100, a de maior. Matematicamente o Índice de vulnerabilidade juvenil à violência pode ser escrito como:

$$IVV_i = \sum_{j=1}^5 \alpha_{ij} Y_{ij}$$

onde: Y_{ij} representa o indicador sintético setorial referente à dimensão j ($Y_{ij} \in [0, 100]$) e α_{ij} representa o peso do indicador Y_{ij} ($\alpha_{ij} \in (0, 1)$) na composição do indicador final (IVV_i); $i = 1, \dots, n$ corresponde aos municípios pertencentes ao estudo e $j = 1, 2, 3, 4$ e 5 .

Os indicadores setoriais são combinações das variáveis existentes, em cada município, para a dimensão $j = 1, 2, 3, 4, 5$. O Quadro 2 apresenta os pesos utilizados para o cálculo dos cinco indicadores setoriais (Y_i).

QUADRO 3: PESOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS INDICADORES SETORIAIS

Dimensão	Indicador	Componentes	Peso*
Violência entre os jovens	Y1	Indicador de homicídios na adolescência (15 a 18 anos) – IHA	0,33
		Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1	0,33
		Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2	0,33
	Y2	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito na adolescência (15 a 18 anos) – IAA	0,30
		Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 19 a 24 anos – IAJ1	0,30
		Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 25 a 29 anos – IAJ2	0,40
Frequência à escola e situação de emprego	Y3	Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não frequentam escola (EMP1)	0,33
		Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não trabalham e não estudam (EMP2)	0,33
		Proporção de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) (EMP3)	0,33
Pobreza no município	Y4	Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio do salário mínimo (POB1)	0,50
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo (POB2)	0,50
Desigualdade	Y5	Proporção de domicílios localizados em assentamentos precários (aglomerados subnormais) (DES12)	0,50
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo (DES11)	0,50

Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(*) Os pesos foram obtidos por meio de um modelo de análise fatorial realizada para a primeira edição do IVJ – violência.

O Indicador final – IVJ – é dado pela média:

$$IVJ = 0,225 \times Y_1 + 0,225 \times Y_2 + 0,175 \times Y_3 + 0,175 \times Y_4 + 0,200 \times Y_5$$

A escala de vulnerabilidade pode ser resumida de acordo com o quadro a seguir:

QUADRO 4: ESCALA DE VULNERABILIDADE JUVENIL	
IVJ - Violência	Vulnerabilidade
Até 0,300	Baixa
Mais de 0,300 a 0,370	Média-baixa
Mais de 0,370 a 0,450	Média
Mais de 0,450 a 0,500	Alta
Mais de 0,500	Muito alta

Fonte: Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

7.2 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL

No IVJ Violência e Desigualdade Racial o universo são as 27 Unidades da Federação. Os componentes do indicador e as respectivas fontes de dados estão apresentadas no quadro a seguir.

Como diferencial do IVJ – Violência, cuja metodologia foi apresentada acima, e em razão das limitações dos microdados de registros do Datasus/MS de mortes por agressão no nível municipal, optou-se pela geração de um indicador estadual à semelhança do IVJ – Violência tradicional e por complementá-lo com um indicador de desigualdade de condições entre negros e brancos. Em se tratando de um índice que visa mensurar vulnerabilidade à violência e não vulnerabilidade social em termos mais amplos, a escolha recaiu sobre um indicador de risco relativo de jovens negros e brancos morrerem vítimas de homicídios. Desse modo, esse indicador será expresso pela razão entre a taxa de mortalidade violenta de jovens negros e a taxa de mortalidade violenta de jovens brancos, em que valores iguais ou próximos a 1 para essa razão indicam igual prevalência dessa mortalidade entre os dois segmentos. A categoria “negros” é formada por pretos e pardos e a categoria “brancos” é formada por brancos.

QUADRO 5: VARIÁVEIS IVJ – VIOLÊNCIA E DESIGUALDADE RACIAL ANO BASE 2015

Dimensão	Variável	Ano	Fonte e abrangência
Violência entre os jovens (homicídios e acidentes de trânsito)	Indicador de homicídios na adolescência (15 a 18 anos) – IHA	2015	LAV/UERJ
	Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1		
	Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2		
	Risco relativo de homicídios entre negros e brancos – RR		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito na adolescência (15 a 18 anos) – IAA		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 19 a 24 anos – IAJ1		
	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 25 a 29 anos – IAJ2		
Frequência à escola e situação de emprego	Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não frequentam escola – EMP1	2015	PNAD
	Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não trabalham e não estudam – EMP2		
	Proporção de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) – EMP3		
Pobreza no município	Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio do salário mínimo – POB1	2015	PNAD
	Proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo – POB2		
	Proporção de jovens e adolescentes de 15 a 29 anos residentes no município – POB3		
Desigualdade	Proporção de domicílios localizados em assentamentos precários (aglomerados subnormais) – DESI2	2015	PNAD
	Proporção de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo – DESI1	2015	PNAD

O próximo quadro apresenta os pesos utilizados para o cálculo dos cinco indicadores setoriais (Y_i):

QUADRO 6: PESOS UTILIZADOS NO CÁLCULO DOS INDICADORES SETORIAIS

Dimensão	Indicador	Componentes	Peso*
Violência entre os jovens	Y1	Indicador de homicídios na adolescência (15 a 18 anos) – IHA	0,25
		Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1	0,25
		Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2	0,25
		Risco relativo de homicídios entre negros e brancos – RR	0,25
	Y2	Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito na adolescência (15 a 18 anos) – IAA	0,30
		Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 19 a 24 anos – IAJ1	0,30
Indicador de mortalidade por acidentes de trânsito entre os jovens de 25 a 29 anos – IAJ2		0,40	
Frequência à escola e situação de emprego	Y3	Proporção de jovens de 15 a 18 anos que não frequentam escola (EMP1)	0,33
		Proporção de jovens de 18 a 24 anos que não trabalham e não estudam (EMP2)	0,33
		Proporção de adolescentes e jovens de 15 a 29 anos com inserção precária no mercado de trabalho (no total dos jovens ocupados) (EMP3)	0,33
Pobreza no município	Y4	Proporção de pessoas com renda familiar per capita inferior a um meio do salário mínimo (POB1)	0,33
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com menos de oito anos de estudo (POB2)	0,33
		Proporção de jovens e adolescentes de 15 a 29 anos residentes no município (POB3)	0,33
Desigualdade	Y5	Proporção de domicílios localizados em assentamentos precários (aglomerados subnormais) (DESI2)	0,50
		Proporção de pessoas de 25 anos e mais com mais de 11 anos de estudo (DESI1)	0,50

(*) Os pesos utilizados foram derivados do IVJ – Município

O Indicador final – IVJ – Estado é dado pela média:

$$IVJ_{Estado} = 0,225 \times Y_1 + 0,225 \times Y_2 + 0,175 \times Y_3 + 0,175 \times Y_4 + 0,200 \times Y_5$$

7.3 METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DO INDICADOR DE HOMICÍDIO NA ADOLESCÊNCIA (IHA) E DO INDICADOR DE HOMICÍDIO ENTRE JOVENS

O valor do IHA originalmente representa o número de adolescentes mortos por homicídio entre os 12 e os 18 anos para cada grupo de mil pessoas que completam 12 anos de idade, isto é, que começam o ciclo da adolescência. Para desenvolvimento do IVJ-Violência foi estabelecido um novo corte, a partir dos 15 anos e também produzido um novo indicador que contempla também as faixas etárias de 19 a 24 anos e de 25 a 29, seguindo o critério do Conjuve sobre juventude. Assim, a mesma metodologia do IHA foi aplicada para as demais faixas etárias, dando origem ao Indicador de homicídios entre os jovens de 19 a 24 anos – IHJ1 e ao Indicador de homicídios entre os jovens de 25 a 29 anos – IHJ2.

A elaboração do índice, baseada na tábua de mortalidade, é realizada através dos passos seguintes:

1. Cálculo da estimativa do número de homicídios de adolescentes em cada idade exata na faixa de 15 a 18 anos, de acordo com o município de residência da vítima³;
2. Cálculo da estimativa de população residente no município em cada idade exata, na faixa de 15 a 18 anos de idade;
3. Cálculo das taxas de homicídio municipal específicas para cada idade entre 15 e 18 anos;
4. A um contingente inicial de 1.000 adolescentes de 15 anos, aplica-se a taxa específica de homicídios de adolescentes com 15 anos do município, para estimar o número de mortes esperadas nesse município durante o ano.
5. Essas mortes esperadas com 15 anos são subtraídas do total de 1.000 indivíduos, integrantes da coorte inicial, para obter o contingente esperado de sobreviventes que chegará aos 16 anos de idade no município. A ele aplica-se a taxa de mortalidade específica dos 16 anos para obter o número de mortes esperadas com essa idade e o número de sobreviventes com 17 anos. Esse procedimento é seguido para cada idade exata até chegar aos sobreviventes de 19 anos;
6. O somatório do número de adolescentes perdidos por homicídios em cada uma dessas idades exatas, entre os 15 e os 18 anos, constitui o IHA. Ou, dito de outra forma, o IHA equivale à diferença entre os 1.000 indivíduos da coorte inicial e os sobreviventes que chegam aos 19 anos.

Assim, a soma do número total de adolescentes perdidos em cada idade específica entre os 15 e os 18 anos resulta no Índice de Homicídios na Adolescência. Este procedimento foi aplicado a todos os municípios cuja população era igual ou superior a 100.000 habitantes no ano de 2015.

As informações referentes às mortes de adolescentes são obtidas no Sistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde – SIM/DATASUS e as informações sobre população procedem do IBGE.

A população residente foi tomada dos Censos do IBGE e, para os anos não censitários como 2015, foi utilizada a estimativa oficial de população municipal que o IBGE elabora para o TCU. Já a decomposição da população por idade foi estimada a partir de um método de extrapolação das proporções, que permitiu acompanhar, em alguma medida, a evolução demográfica e o envelhecimento da população. O procedimento seguiu os seguintes passos:

³ O SIM disponibiliza os dados de mortalidade de acordo com dois critérios: local de ocorrência e local de residência da vítima. Esse último critério foi o utilizado ao longo de toda a pesquisa.

1. foi calculada, para cada município, a proporção da população correspondente a cada faixa etária nos censos de 2000 e de 2010;
2. a diferença entre a proporção de uma determinada faixa nestes dois momentos (2000 e 2010) foi dividida por 10 (anos) para obter a tendência da mudança anual dessa proporção no município;
3. essa mudança anual foi multiplicada pelos anos transcorridos entre o Censo de 2010 e o ano em questão (por exemplo, para 2015, multiplicamos por 5 anos) e acrescida à proporção desse grupo etário no momento inicial (2010). Dessa forma, obtivemos a proporção estimada nesse município para essa faixa etária em 2015;
4. por último, multiplicamos a proporção estimada pela população oficial total para obter a população estimada na faixa etária em questão.

As bases de dados de mortalidade, como qualquer fonte oficial de dados, apresentam algumas limitações em termos de confiabilidade e validade das informações (Borges et al., 2013). Um dos problemas principais são as mortes por causa externa (também chamadas de mortes violentas) de intencionalidade desconhecida, isto é, mortes que podem corresponder a acidentes, suicídios ou homicídios.

Com o objetivo de redistribuir entre as causas conhecidas parte destas mortes classificadas como de intencionalidade desconhecida, o IHA utiliza a estimativa de homicídios proposta por Cano e Santos (2001). Neste trabalho os autores mostram que as mortes com intencionalidade desconhecida provocadas por arma de fogo ou por instrumentos perfuro-cortantes podem ser consideradas como intencionais, isto é, como homicídios ou suicídios. A partir disto, estas mortes intencionais são redistribuídas de acordo com a razão entre homicídios e suicídios encontrados nas mortes de causa conhecida. O estudo desenvolvido por Cano e Santos (2001) também estimou que cerca de 10% das mortes com intencionalidade desconhecida por outros meios podem ser consideradas homicídios.

Assim, o cálculo do IHA incorpora:

- a) os homicídios declarados;
- b) as mortes por intervenção legal (mortes de civis em confronto com a polícia);
- c) uma estimativa de mortes por intencionalidade desconhecida cuja causa pode ter sido homicídio.

O quadro a seguir resume a estimativa de homicídios utilizada no cálculo do Índice de Homicídios na Adolescência:

QUADRO 7: CATEGORIAS UTILIZADAS NA ESTIMATIVA DO NÚMERO DE HOMICÍDIOS

Percentual	Causas Externas de Mortalidade	Categorias CID10
100%	Agressões ou Homicídios Declarados	X85 até Y09
100%	Intervenção legal	Y35 e Y36
R% ⁴	Intencionalidade desconhecida por arma de fogo	Y22, Y23 e Y24
R%	Intencionalidade desconhecida por arma branca	Y28
10%	Outras mortes com intencionalidade desconhecida	Y10 a Y34

Além dos problemas com a classificação das mortes, existem vítimas registradas para as quais se desconhece a idade ou o município de residência. Para os casos de mortes sem informação sobre município de residência da vítima calculamos um fator de correção, com um valor próprio para cada unidade da federação⁵. Para as vítimas com idade desconhecida também calculamos um fator de correção, estimado para cada município de forma separada. Os fatores de correção foram calculados a partir das seguintes expressões:

$$F.C._{IDADE\ DESCONHECIDA} = \left(\frac{N^{\circ} \text{ total de homicídios de residentes no Município}}{N^{\circ} \text{ de homicídios de residentes com idades conhecidas no Município}} \right)$$

$$F.C._{MUNICIPIO\ DESCONHECIDO} = \left(\frac{N^{\circ} \text{ total de homicídios no Estado}}{N^{\circ} \text{ de homicídios no Estado com município de residência da vítima conhecido}} \right)$$

Caso não haja nenhuma perda de informação sobre o município de residência ou sobre a idade, os fatores de correção terão o valor de 1. Quando falta informação, o fator de correção aumenta de valor de acordo com o grau de perda de informação. Cada município possui um fator de correção diferente, sendo este o resultado da multiplicação entre os dois fatores de correção – o da idade e o do município desconhecido. Após o cálculo inicial do IHA, o fator de correção do município é multiplicado pelo valor original para obter o valor final. Dessa forma, minimizamos a subestimação do índice em função da perda de informações sobre as vítimas. Caso contrário, os municípios com pior qualidade da informação seriam ‘recompensados’ com uma subestimação no cálculo dos seus índices de homicídio contra adolescentes e jovens.

$$^4 R\% = \left(\frac{Homicídios}{Homicídios + Suicídios} \right) \times 100$$

⁵ Vale ressaltar que, apesar de o município de residência da vítima nem sempre ser conhecido, o estado de residência da vítima é registrado, pois os bancos do DATASUS estão divididos justamente por este critério: estado de residência da vítima. Em outras palavras, quando se desconhece inclusive o estado de residência da vítima o caso não é disponibilizado.

8.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BORGES, Dorian et al. Mortes violentas no Brasil: uma análise do fluxo de informações. **Rio de Janeiro: LAV/UERJ**, 2012.

BRASIL, INFOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. **Brasília: Departamento Penitenciário Nacional-Ministério da Justiça**, 2014.

CANO, Ignácio; SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade no Brasil**. 7letras, 2007.

CARDOSO, Fernando Henrique; IANNI, Octávio. Cor e mobilidade social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil meridional. **Brasília**, 1960.

CERQUEIRA, Daniel; MOURA, Rodrigo. Custo da juventude perdida no Brasil. **Seminário Juventude e Risco: Perdas e ganhos sociais na crista da população jovem. Rio de Janeiro: Ipea, Secretaria de Assuntos Estratégicos, IDRC (Canadá) e CEDIAS (Argentina)**, v. 12, 2013.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder. **Ed. Globo, Rio**, 1958.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. Cia. Editora Nacional, 1965.

GUIMARAES, Antonio Sérgio Alfredo. Depois da democracia racial. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 269-287, Nov. 2006

HASENBALG, Carlos Alfredo; DO VALLE SILVA, Nelson. **Estrutura social, mobilidade e raça**. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, 1988.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. Atlas da Violência 2017. 2017.

JACCOUD, Luciana. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil**, v. 120, p. 135-170, 2008.

KOWARICK, Lúcio. **Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil**. Paz e Terra, 1994.

THEODORO, Mário. As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição. **Brasília: Ipea**, 2008.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **Global study on homicide 2013: trends, contexts, data**. UNODC, 2013.

Nova
Juventude



Cooperação
**Representação
no Brasil**



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

SECRETARIA NACIONAL DE
JUVENTUDE

SECRETARIA DE
GOVERNO

